



Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo  
**Biblioteca Conselheiro Aloyzio Alves da Costa**

**EMENTÁRIO E  
ÍNDICE DE ASSUNTO  
DA LEGISLAÇÃO  
SOBRE O  
TCEMG**

# 1 - Constituições, Leis, Decretos

## **Constituição do Estado de Minas Gerais**

Promulgada em 15 de junho de 1891.

## **Lei nº 509 - 22.09.1909**

Cria o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

## **Constituição do Estado de Minas Gerais**

Promulgada em 30 de julho de 1935.

## **Lei nº 43 - 23.12.1935**

Estabelece o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, fixando-lhe os respectivos vencimentos.

## **Decreto Lei nº 360 - 26.06.1939**

Extingue o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

## **Constituição do Estado de Minas Gerais**

Promulgada em 14 de julho de 1947.

## **Lei nº 28 - 22.11.1947**

Organização Municipal.

## **Lei nº 164 - 10.07.1948**

Organiza o Tribunal de Contas do Estado.

## **Lei nº 855 - 26.12.1951**

Altera a Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947.

## **Decreto nº 3.689 - 31.01.1952**

Aprova as tabelas únicas por repartição de extranumerários mensalistas.

## **Lei nº 1.114 - 03.11.1954**

Contém a Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

## **Lei nº 1.143 - 17.11.1954**

Aumenta o número de Juízes no Tribunal de Contas.

## **Decreto nº 4.788 - 14.11.1955**

Dispõe sobre a lotação de servidores no Tribunal de Contas.

## **Lei nº 1.429 - 10.01.1956**

Dispõe sobre a organização do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas e dá outras providências.

## **Decreto nº 4.974 - 27.01.1956**

Modifica a tabela IV (única) de extranumerários mensalistas do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas.

## **Decreto nº 5.255 - 30.04.1957**

Dispõe sobre a lotação de cargo no Tribunal de Contas.

## **Decreto nº 5.360 - 25.11.1957**

Torna obrigatório o preenchimento de questionário de classificação de cargos e funções.

## **Decreto nº 5.465 - 31.07.1958**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

## **Lei nº 1.857 - 24.12.1958**

Modifica disposições da Lei nº 1.114, de 3 de novembro de 1954.

## **Decreto nº 5.590 - 12.06.1959**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 5.629 - 24.06.1959**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 5.630 - 24.08.1959**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 5.638 - 31.08.1959**

Transfere a função de extranumerário mensalista e altera a sua denominação.

**Decreto nº 5.659 - 10.10.1959**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 5.665 - 09.11.1959**

Dá nova redação ao Decreto nº 5.638, de 31 de agosto de 1959.

**Decreto nº 5.699 - 27.11.1959**

Declara sem efeito o Decreto nº 5.665, de 9 de novembro de 1959, que ofereceu nova redação ao D. 5.538, de 31 de agosto do mesmo ano.

**Decreto nº 5.735 - 20.12.1959**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 5.746 - 20.01.1960**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Lei nº 2.164 - 25.06.1960**

Dispõe sobre a interposição de recursos no Tribunal de Contas do Estado.

**Decreto nº 5.894 - 27.09.1960**

Dispõe sobre lotação de cargo no Tribunal de Contas.

**Decreto nº 5.895 - 27.09.1960**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 5.896 - 27.09.1960**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 6.012 - 05.12.1960**

Transfere a função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 6.100 - 05.01.1961**

Altera denominação das funções de extranumerário mensalista.

**Lei nº 2.327 - 07.01.1961**

Dispõe sobre transformação de carreira do Tribunal de Contas.

**Decreto nº 6.119 - 11.01.1961**

Altera a denominação de função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 6.200 - 28.01.1961**

Altera a denominação de função de extranumerário mensalista.

**Decreto nº 6.402 - 22.11.1961**

Dispõe sobre o exercício de extranumerário mensalista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 2.583 - 29.12.1961**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos que menciona, no Tribunal de Contas, e contém outras providências.

**Decreto nº 6.782 - 1º.12.1962**

Faz lotação de cargo.

**Lei nº 2.764 - 30.12.1962**

Contém a Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais.

**Decreto nº 7.066 - 17.07.1963**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 7.193 - 1º.10.1963**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 7.383 - 22.01.1964**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 7.725 - 16.07.1964**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 7.726 - 16.07.1964**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 7.987 - 06.11.1964**

Estabelece normas para concessão de “suprimentos” de numerário e respectiva prestação de contas e contém outras providências.

**Lei nº 3.230 - 27.11.1964**

Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, concede aumento de vencimentos e dá outras providências.

**Decreto nº 8.936 - 05.11.1965**

Dispõe sobre a readaptação no Serviço Público Civil do Estado.

**Decreto nº 9.696 - 28.03.1966**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 9.884 - 28.06.1966**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 9.938 - 20.07.1966**

Faz lotação de cargo.

**Decreto nº 10.450 - 05.04.1967**

Dispõe sobre o uso de veículos oficiais e dá outras providências.

**Constituição do Estado de Minas Gerais**

Promulgada em 13 de maio de 1967.

**Lei nº 4.703 - 1º.04.1968**

Dispõe sobre os vencimentos da Magistratura, Ministério Público e Tribunal de Contas.

**Lei nº 5.511 - 02.09.1970**

Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e contém outras providências (texto com as alterações das Leis nºs 5.580/70, 5.688/71 e 6.131/73).

**Emenda Constitucional nº 1**

Promulgada em 1º de outubro de 1970.

**Lei nº 5.588 - 30.10.1970**

Modifica disposições, que menciona, da Lei nº 5.511, de 2 de setembro de 1970, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas.

**Lei nº 5.652 - 17.12.1970**

Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos no Serviço Público Estadual e dá outras providências.

**Lei nº 5.688 - 17.05.1971**

Dispõe sobre a organização e o quadro de pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 5.726 - 29.06.1971**

Autoriza o Poder Executivo a pagar diferença de vencimentos ao Poder Judiciário e Ministério Público, e dá outras providências.

**Lei nº 5.948 - 11.07.1972**

Fixa os vencimentos dos cargos de Juiz Auditor do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 5.949 - 11.07.1972**

Concede ao pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado, aumento de vencimentos, nas condições que especifica.

**Decreto nº 15.203 - 26.01.1973**

Prorroga prazos estabelecidos para exercício de servidores no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 6.131 - 06.07.1973**

Altera as Leis nºs 5.511, de 02 de setembro de 1970 e 5.688, de 17 de maio de 1971, e contém outras providências.

**Lei nº 6.194 - 26.11.1973**

Dispõe sobre a unidade de Tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 6.227 - 07.12.1973**

Fixa os vencimentos da Magistratura, dos cargos de Juiz e Auditor do Tribunal de Contas, dos membros do Ministério Público, concede abono aos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça, da Secretaria do Tribunal de Alçada e dá outras providências.

**Lei nº 6.264 - 18.12.1973**

Cria novos cargos no Tribunal de Contas.

**Decreto nº 16.409 - 10.07.1974**

Dispõe sobre o Quadro Permanente a que se refere a Lei nº 5.945, de 11 de julho de 1972, e dá outras providências.

**Lei nº 6.491 - 30.11.1974**

Fixa os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Juiz e Auditor do Tribunal de Contas e dos membros do Ministério Público.

**Decreto nº 17.084 - 13.03.1975**

Estende aos Juízes Inativos a gratificação de função judicante, de que trata a Lei nº 5.652, de 17 de dezembro de 1970.

**Lei nº 6.565 - 17.04.1975**

Dispõe sobre proventos de inativos e dá outras providências. (o art. 3º da Lei 6.648/75 determina a aplicação desta Lei aos servidores do TC).

**Decreto nº 17.451 - 20.10.1975**

Dispõe sobre a ordem das publicações de interesse dos Poderes do Estado no "Minas Gerais" e contém outras providências.

**Lei nº 6.646 - 30.10.1975**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Juiz e Auditor do Tribunal de Contas, dos membros do Ministério Público e dá providências.

**Lei nº 6.648 - 04.11.1975**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 6.762 - 23.12.1975**

Dispõe sobre o Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Decreto nº 17.743 - 28.01.1976**

Regulamenta a gratificação de estímulo à produção individual, instituída pelo artigo 39 da Lei nº 6762, de 23 de dezembro de 1975.

**Lei nº 6.804 - 30.06.1976**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Juiz e de Auditor do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

**Lei nº 6.819 - 06.07.1976**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos dos servidores dos Serviços Auxiliares e os proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 6.981 - 26.04.1977**

Dispõe sobre o ajustamento de proventos de Servidor Civil do Poder Executivo e dá outras providências (o § 2º do art. 5º da Lei nº 7556/79 manda aplicar dispositivos desta lei aos inativos do TC).

**Lei nº 7.064 - 06.09.1977**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Emenda Constitucional nº 10 - 17.10.1977**

Adapta a Constituição do Estado de Minas Gerais às disposições da Emenda Constitucional nº 7 à Constituição da República Federativa do Brasil e altera dispositivos que menciona.

**Lei nº 7.098 - 05.10.1977**

Dispõe sobre o ajustamento dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 7.127 - 26.10.1977**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e os proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 7.202 - 05.01.1978**

Reduz período mínimo de exercício para a progressão de funcionário. (o art. 1º da Lei nº 7.653, manda aplicar dispositivos desta Lei aos servidores do TC).

**Lei nº 7.217 - 24.04.1978**

Concede pensão por falecimento de membro do Ministério Público e Auditor do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 7.286 - 03.07.1978**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos, soldos e proventos do pessoal civil e militar, e dá outras providências (o art. 4º da Lei nº 7378/78, manda aplicar dispositivos desta Lei aos servidores do TC).

**Lei nº 7.287 - 03.07.1978**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 7.349 - 20.09.1978**

Autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com o Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

**Lei nº 7.378 - 24.10.1978**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e os proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Decreto nº 19.633 - 15.12.1978**

Altera quadros setoriais de lotação da Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

**Decreto nº 19.832 - 06.05.1979**

Estabelece a subordinação da Secretaria da Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.

**Lei nº 7.516 - 30.07.1979**

Concede abono, reajusta os valores dos símbolos, níveis de vencimentos, soldos e proventos do pessoal

civil e militares do Poder Executivo e dá outras providências. (art.4º da Lei nº 7556/79 manda ampliar o anexo XXV desta Lei ao pessoal inativo do TC).

**Lei nº 7.556 - 12.10.1979**

Concede abono e reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal do Serviços Auxiliares dos inativos do Tribunal de Contas do Estado.

**Lei nº 7.557 - 12.10.1979**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Decreto nº 20.247 - 17.12.1979**

Dispõe sobre o acompanhamento, avaliação e execução orçamentária e financeira.

**Lei nº 7.653 - 21.12.1979**

Dispõe sobre a redução do prazo mínimo de exercício para progressão de funcionário.

**Lei nº 7.655 - 21.12.1979**

Adapta a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Resolução nº 61 do Tribunal de Justiça, de 8.12.1975) à Emenda Constitucional nº 7, de 8 de outubro de 1978 e à Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979.

**Lei nº 7.770 - 25.08.1980**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 7.771 - 25.08.1980**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 7.892 - 18.12.1980**

Acrescenta disposições ao artigo 137 da Lei nº 7.665, de 21 de dezembro de 1979, que adaptou a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais à Emenda Constitucional nº 7 e à Lei Complementar Federal nº 35, de 14 de março de 1979, e dá outras providências.

**Lei nº 7.928 - 26.05.1981**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos de pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 7.944 - 24.06.1981**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

**Decreto nº 21.380 - 02.07.1981**

Faz lotação do Quadro Especifico de Provimento do Quadro Permanente.

**Lei nº 8.112 - 03.12.1981**

Modifica a Resolução nº 61 do Tribunal de Justiça, de 8 de dezembro de 1975, que contém a Organização e Divisão Judiciárias do Estado, alterada pela Lei 7.655, de 21 de dezembro de 1979, e dá outras providências.

**Lei nº 8.216 - 26.05.1982**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

**Lei nº 8.219 - 28.05.1982**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

**Lei nº 8.281 - 03.09.1982**

Altera símbolo de vencimento de cargos que menciona do Quadro Permanente, a que se refere a Resolução nº 2/75, do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

**Lei nº 8.399 - 22.06.1983**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimento do pessoal dos Serviços Auxiliares e de proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

**Lei nº 8.401 - 01.07.1983**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 8.563 - 22.05.1984**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 8.580 - 22.06.1984**

Reajusta os valores dos símbolos de vencimento do pessoal dos Serviços Auxiliares e dos proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

**Lei nº 8.731 - 23.11.1984**

Dispõe sobre o aumento de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e dos proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, institui a gratificação de Natal, e dá outras providências.

**Lei nº 8.749 - 26.11.1984**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 8.807 - 05.06.1985**

Dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos cargos da magistratura, de Conselheiros e de Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 8.808 - 05.06.1985**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimentos do pessoal dos Serviços Auxiliares e dos proventos dos inativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Decreto nº 24.753 - 25.06.1985**

Declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, os imóveis que menciona e dá outras providências.

**Lei nº 8.924 - 18.09.1985**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimento e dos proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

**Lei nº 8.926 - 18.09.1985**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimentos e de proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 9.027 - 21.11.1985**

Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 9.028 - 21.11.1985**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimento e proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei nº 9.135 - 28.04.1986**

Dispõe sobre a atualização dos valores dos símbolos de vencimentos e dos proventos do pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.136 - 28.04.1986**

Cria cargos de provimento efetivo no Quadro Permanente de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Decreto nº 26.918 - 08.04.1987**

Altera o Anexo Único do Decreto nº 16.016, de 18 de janeiro de 1974, e dá outras providências.

**Lei nº 9.404 - 11.05.1987**

Dispõe sobre os valores dos símbolos de vencimentos e de proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº9.473 - 23.12.1987**

Cria cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.509 - 29.12.1987**

Dispõe sobre os proventos do servidor civil do Poder Executivo, e dá outras providências (o art. 1º da Lei 9.768/89 manda aplicar dispositivos desta Lei nos proventos dos servidores inativos do TC).

**Lei nº 9.532 - 30.12.1987**

Dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria. (o art. 4º da Lei 9.768/89 manda aplicar os dispositivos desta Lei ao pessoal do TC).

**Lei nº 9.551 - 05.04.1988**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos da Magistratura, de Conselheiro e de Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

**Lei nº 9.582 - 27.05.1988**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimento e dos proventos do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.732 - 09.12.1988**

Dispõe sobre o reajustamento dos valores dos símbolos de vencimentos e dos proventos do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 9.733 - 09.12.1988**

Dispõe sobre o reajustamento de recomposição dos símbolos, níveis de vencimento e proventos dos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.741 - 14.12.1988**

Dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Conselheiro Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.746 - 21.12.1988**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.768 - 31.05.1989**

Dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.932 - 24.07.1989**

Dispõe sobre o reajuste dos valores dos símbolos de vencimentos e de proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 9.936 - 24.07.1989**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente do Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 9.937 - 24.07.1989**

Dispõe sobre a alteração de símbolos das classes do Quadro Permanente do Tribunal de Contas do Estado de que trata a Resolução nº 8/74, de 15 de agosto de 1974 e dá outras providências.

**Constituição do Estado de Minas Gerais**

Promulgada em 21 de setembro de 1989.

**Lei nº 10.065 - 28.12.1989**

Altera o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.096 - 12.01.1990**

Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimento e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Decreto nº 30.967 - 02.03.1990**

Designa a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração para coordenar os estudos relativos à definição das Diretrizes dos Sistemas de Carreira e à elaboração do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

**Lei nº 10.161 - 02.05.1990**

Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos e níveis de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.256 - 23.07.1990**

Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares dos Tribunais de Contas, de Justiça, de Alçada e de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.292 - 02.10.1990**

Dispõe sobre a reestruturação do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.374 - 10.01.1991**

Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.375 - 10.01.1991**

Dispõe sobre o reajustamento dos símbolos de vencimentos e proventos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.430 - 16.01.1991**

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

**Lei nº 10.485 - 24.07.1991**

Altera a vigência da Lei nº 10.292, de 2 de outubro de 1990, que dispõe sobre a reestruturação do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Decreto nº 32.865 - 30.08.1991**

Dispõe sobre o Sistema de Unidade de Tesouraria e dá outras providências.

**Lei nº 10.518 - 08.11.1991**

Dispõe sobre a concessão de abono pecuniário aos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Lei nº 10.572 - 30.12.1991**

Dispõe sobre a comissão prevista no § 2º do art. 155 da Constituição do Estado.

**Lei nº 10.993 - 29.12.1992**

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado.

**Lei Complementar nº 33 - 28.06.1994**

Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Decreto nº 37.924 - 16.05.1996**

Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

**Emenda à Constituição 24/97 - 07.07.97**

Dá nova redação ao § 6º do art. 76 da Constituição do Estado.

**Emenda à Constituição 31/97 - 31.12.97**

Dá nova redação ao art. 162 da Constituição do Estado.

**Lei nº 12.960 – 20.07.98**

Estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento de Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1999.

**Decreto nº 39.874 – 03.09.98**

Dispõe sobre as atividades de Administração Financeira do Estado e dá outras providências.

**Decreto nº 39.903 – 17.09.98**

Altera dispositivos do Decreto nº 39.874, de 03 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades de administração financeira do Estado.

**Decreto nº 40.138 – 10.12.98**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 1998 nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, indireta e fundos e dá outras providências.

**Emenda à Constituição 36/98 – 29.12.98**

Altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Decreto nº 40.641 – 14.10.99**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 1999 nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto nº 41.002 – 13.04.2000**

Estabelece diretrizes e normas para a solicitação de créditos suplementares e dá outras providências.

**Decreto nº 41.312 – 19.10.2000**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2000 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 13.959 - 26.07.2001**

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2002

**Decreto nº 42.061 – 30.10.2001**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2001 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 14.169 – 15.01.2002**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2002.

**Lei nº 14.199 – 27.03.2002**

Altera o art. 110 da Lei nº 9.444, de 25 de novembro de 1987, que dispõe sobre as licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado, e dá outras providências.

**Decreto nº 42.725 – 05.07.02**

Dispõe sobre o Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental – SIPAG, disciplina sua implantação e utilização e dá outras providências.

**Lei nº 14.371 – 26.07.02**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.

**Decreto nº 42.873– 09.09.02**

Institui o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais – SIAD-MG.

**Decreto nº 43.033 – 18.11.02**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2002 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 14.595 – 22.01.03**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2003.

**Decreto nº 43.330 – 20.05.03**

Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 5.000.000,00, para atender os fins que especifica.

**Decreto nº 43.410 – 02.07.03**

Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 5.000.000,00.

**Lei nº 14.684 - 30.07.2003**

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para 2004 e dá outras providências.

**Decreto nº 43.635 – 20.10.2003 (Republicado no MG de 30.05.2009, MG de 17.09.2010)**

Dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

**Decreto (MG de 30.10.2003)**

Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 1.200.000,00.

**Decreto nº 43.651 – 12.11.2003**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2003 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto (MG de 16.12.2003)**

Abre crédito suplementar, em favor do Tribunal de Contas do Estado no valor de R\$ 1.465.000,00.

**Lei nº 15.291- 05.08.2004**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005 e dá outras providências.

**Decreto nº 43.902 – 26.10.2004**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2004 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 15.408- 15.12.2004**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento do Fiscal do Estado de Minas Gerais em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 17.12.2004)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 34.628.000,00.

**Lei nº 15.460 - 13.01.2005**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento do Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005.

**Lei nº 15.669 - 25.07.2005**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2006 e dá outras providências.

**Decreto nº 44.083 - 10.08.2005**

Altera Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, que dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

**Decreto nº 44.142 – 27.10.2005**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2005, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Emenda Constitucional nº 73 - 29.11.2005**

Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 155 da Constituição do Estado.

**Lei nº 15.952- 22.12.2005**

Autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$13.300.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas.

**Decreto (MG de 23.12.2005)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R\$13.300.000,00.

**Decreto 44.224 - 02.02.2006**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2006 e dá outras providências.

**Decreto nº 44.293 – 10.05.2006**

Altera o Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, que dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos e dá outras providências.

**Lei nº 16.314 - 10.08.2006**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2007 e dá outras providências.

**Decreto nº 44.404 – 07.11.2006**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2006 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 16.427- 28.11.2006**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado.

**Decreto (MG de 30.11.2006)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R\$25.000.000,00.

**Lei 16.511 – 21.12.2006**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 23.12.2006)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R\$5.797.351,69.

**Decreto 44.437 – 15.01.2006**

Altera o decreto nº 44.404, de 7 de novembro de 2006, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2006, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto 44.438 – 15.01.2007**

Altera a data estabelecida para o registro dos ajustes contábeis necessários ao encerramento do exercício financeiro de 2006, e as datas estabelecidas para a apuração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Lei 16.919 - 06.08.2007**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

**Lei 17.035 - 04.10.2007**

Autoriza o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado a abrirem créditos suplementares aos seus respectivos orçamentos para o exercício de 2007.

**Emenda à Constituição 78 – 05.10.2007**

Acrescenta o § 7º ao art. 76, dá nova redação ao § 1º do art. 77 e ao § 1º do art. 79 e revoga o § 6º do art.

76 e o § 2º do art. 77 da Constituição do Estado.

**Decreto nº 44.653 – 08.11.2007**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2007, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto nº 44.702 – 09.01.2008**

Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 44.653, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2007, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

**Lei Complementar nº 102 – 17.01.2008**

Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Lei nº 17.660 – 16.07.2008**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 24.07.2008)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$5.341.772,65.

**Lei 17.710 – 08.08.2008**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências.

**Decreto nº 44.948 – 14.11.2008**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2008, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 17.947 – 22.12.2008**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e de crédito especial em favor do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 24.12.2008)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$85.321.321,00.

**Decreto nº 45.002 – 08.01.2009**

Altera o Decreto nº 44.948, de 14 de novembro de 2008, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2008, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto nº 45.023 – 26.01.2009**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2009 e dá outras providências.

**Decreto de 29 de maio de 2009**

Republica o texto consolidado do Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003.

**Lei 18.313– 06.08.2009**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências.

**Decreto nº 45.214 – 17.11.2009**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2009, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 18.585 –14.12.2008**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 17.12.2009)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R\$

10.735.648,01.

**Lei Complementar nº 111 – 13.01.2010**

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e altera a Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Decreto nº 45.424 - 12.07.2010 – (Retificação no MG de 14.07.2010)**

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, pelos demais poderes do Estado, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, em relação aos débitos de contribuições previdenciárias.

**Lei 19.099– 09.08.2010**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências.

**Decreto nº 45.449 - 13.08.2010**

Altera o Decreto nº 45.424, de 12 de julho de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, pelos demais poderes do Estado, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, em relação aos débitos de contribuições previdenciárias.

**Lei nº 19.107 – 01.09.2010**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 16.09.2010)**

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$12.088.948,26.

**Decreto nº 45.493 – 12.11.2010**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2010, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto nº 45.497 – 19.11.2010**

Altera o Decreto nº 45.493, de 12 de novembro de 2010, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2010, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei nº 19.225 – 30.11.2010**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto (MG de 03.12.2010)**

Abre crédito suplementar no valor de R\$29.295.167,07.

**Decreto nº 45.528 – 30.12.2010**

Estabelece procedimentos para realização de despesas decorrentes da adesão de órgãos e entidades do Poder Executivo aos termos da Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e dá outras providências.

**Decreto nº 45.540 – 28.01.2011**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2011 e dá outras providências.

**Lei nº 19.420 – 11.01.2011**

Estabelece a política estadual de arquivos.

**Lei nº 19.429 – 11.01.2011**

Dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial.

**Decreto nº 45.563 – 21.03.2011**

Revoga os arts. 20, 21 e 22 do Decreto nº 45.540, de 28 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2011 e dá outras providências.

**Lei 19.573 – 11.08.2011**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

**Lei 19.720 – 20.10.2011**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa e do Ministério Público e dá outras providências.

**Lei 19.723– 27.10.2011**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

**Decreto (MG 22.11.2011)**

Abre crédito suplementar no valor de R\$924.788,18.

**Lei 19.825 – 24.11.2011**

Cria o Fundo estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – FECIFIM.

**Decreto (MG de 25.11.2011)**

Abre crédito suplementar no valor de R\$36.860.517,00.

**Decreto 45.782 – 28.11.2011 – (Retificação MG de 30.11.2011)**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2011, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto (MG de 01.12.2011)**

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 11.645.750,00.

**Lei 19.922 – 22.12.2011**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado.

**Decreto (MG de 27.12.2011)**

Abre crédito suplementar no valor de R\$4.750.000,00.

**Decreto 45.906 – 06.02.2012**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2012 e dá outras providências.

**Decreto nº 45.949 – 09.04.2012**

Altera o Decreto nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, que dispõe sobre a celebração e prestação de contas de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

**Decreto 396 – 19.06.2012**

Dispõe sobre as normas do Cerimonial do Governador do Estado de Minas Gerais.

**Lei 20.373 – 09.08.2012**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências.

**Decreto 46.091 – 23.11.2012**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2012, para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei 20.467 – 26.11.2012**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas.

**Lei 20.468 – 26.11.2012**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas.

**Decreto 737 – 27.11.2012**

Abre crédito suplementar no valor de R\$35.600.000,00.

**Decreto 738 – 27.11.2012**

Abre crédito suplementar no valor de R\$1.174.533,69.

**Decreto 740 – 29.11.2012**

Credencia a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e autoriza o funcionamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização em Controle de Contas, Transparência e Responsabilidade Pública, no Município de Belo Horizonte.

**Lei 20.535 – 14.12.2012**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar e do Ministério Público e dá outras providências.

**Decreto 785 – 17.12.2012**

Abre crédito suplementar no valor de R\$33.550.000,00.

**Decisão Conjunta da Assembleia e do Tribunal de Contas 1/2012 – 20.12.2012**

Dispõe sobre a revisão da repartição dos limites individuais definidos na forma do disposto no art. 20, II, "a" da Lei Complementar federal nº 101 de 4 de maio de 2000.

**Decreto 806 – 21.12.2012**

Altera o Anexo que dispõe sobre as Normas do Cerimonial do Governador do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto NE nº 396, de 19 de junho de 2012.

**Lei 20.625 – 17.01.2013**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2013.

**Decreto 46.149 – 15.12.2013**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2013 e dá outras providências.

**Lei 20.845 – 06.08.2013**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências.

**Decreto 46.319 – 26.09.2013**

Dispõe sobre as normas relativas à transferência de recursos financeiros da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, mediante convênio de saída, e dá outras providências.

**Resolução Conjunta SEGOV/AGE 002 – 27.09.2013**

Dispõe sobre a regulamentação do Decreto nº 46.319, de 26 de setembro de 2013.

**Lei 20.926 – 05.11.2013**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas.

**Decreto 46.345 – 14.11.2013**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2013 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Decreto 631 – 14.11.2013**

Abre crédito suplementar no valor de R\$50.607.744,00.

**Lei 21.148 – 15.01.2014**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2014.

**Decreto 46.443 - 14.02.2014**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2014 e dá outras providências.

**Decreto 78 - 25.02.2014**

Altera o Anexo do Decreto NE nº 396, de 19 de junho de 2012, que dispõe sobre as normas do Cerimonial do Estado de Minas Gerais.

**Lei 21.379 – 30.06.2014**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto NE 341 - 07.07.2014**

Abre crédito suplementar no valor de R\$84.037.111,00.

**Lei 21.447 – 01.08.2014**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

**Decreto 46.638 – 29.10.2014**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2014 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**Lei 21.535 – 18.12.2014**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Conta

**Decreto 692 – 18.12.2014**

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 4.160.000,00.

**Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Dispõe sobre a revisão da repartição dos limites individuais definidos na forma do disposto no art. 20, II, "a", da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Lei 21.695 – 09.04.2015**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

**Decreto 46.751 - 08.05.2015**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2015 e dá outras providências.

**Lei 21.736 – 04.08.2015**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

**Comunicado – 03.09.2015**

Comunica os dias de feriados e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2015 nas repartições públicas estaduais.

**Decreto 46.883 - 05.11.2015**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2015 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

**Lei 21.844 – 30.11.2015**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

**Decreto 559 – 02.12.2015**

Abre crédito suplementar no valor de R\$1.150.000,00.

**Lei 21.969 – 14.01.2016**

Altera a Lei nº 21.736, de 4 de agosto de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2016.

**Lei 21.971 – 18.01.2016**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício Financeiro de 2016.

**Decreto 46.949 - 17.02.2016**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016 e dá outras providências.

**Decreto 163 - 01.04.2016**

Institui Grupo de Trabalho destinado a promover estudos e apresentar proposta para revisão das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal no âmbito do Estado.

**Decreto 46.988 - 25.04.2016**

Altera o Decreto nº 46.949, de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016 e dá outras providências.

**Decreto 47.006 - 08.06.2016**

Altera o Decreto nº 46.949, de 17 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016 e dá outras providências.

**Lei 22.254 – 27.07.2016**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2017 e acrescenta artigo à Lei nº 21.736, de 04 de agosto de 2015.

**Decreto nº 47.036 - 28.08.2016**

Altera o Decreto nº 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

**Decreto 47.064 – 20.10.2016**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

**Lei 22.478 – 02.01.2017**

Institui o Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Funcontas – e dá outra providência.

**Decreto 47.147 - 27.01.2017**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2017 e dá outras providências.

**Decreto 47.159 - 08.03.2017**

Altera o Decreto nº 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

**Lei 22.626 - 28.01.2017**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2018 e acrescenta artigo à Lei nº 22.254, de 25 de julho de 2016.

**Decreto 47.282 – 27.10.2017**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2017 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

**Decreto 47.292 – 24.11.2017**

Altera o Decreto nº 47.282, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2017 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

**Resolução 5.519 – 14.12.2017**

Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2003.

**Resolução 5.520 – 14.12.2017**

Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2004.

**Lei 22.943 – 12.01.2018**

Aprova as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2018

**Decreto 47.371 – 09.02.2018**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2018 e dá outras providências.

**Lei 23.086 - 17.08.2018**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2019.

**Decreto 47.521 – 31.10.2018**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2018 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

**Resolução SEDECTES 80 – 03.12.2018**

Recredenciamento da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no município de Belo Horizonte.

**Lei 23.138 – 10.12.2018**

Autoriza a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Lei 23.287 – 09.01.2019**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 23.086, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2019.

**Lei 23.290– 09.01.2019**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2019.

**Decreto 47.615 - 07.02.2019**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2019 e dá outras providências.

**Decreto 47.668 - 06.06.2019**

Dispõe sobre a execução financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2019.

**Decreto 47.674 - 19.06.2019**

Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

**Lei 23 .364 – 25.07.2019**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2020.

**Lei 23.365– 25.07.2019**

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar em decorrência do remanejamento de dotações orçamentárias de emendas parlamentares individuais constantes no Orçamento Anual vigente para o exercício de 2019.

**Lei 23.452 – 29.10.2019**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto 527 – 08.11.2019**

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no valor de R\$2.147.686,35.

**Lei Complementar 150 – 14.11.2019**

Altera o art. 127 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Decreto 47.755 - 14.11.2019**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2019 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual.

**Lei 23.569 - 13.01.2020**

Dispõe sobre a aplicação dos princípios da publicidade, da transparência e do acesso à informação nos procedimentos licitatórios e dá outras providências.

**Lei 23.579 – 15.01.2020**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

**Decreto 47.865 – 14.02.2020**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2020 e dá outras providências.

**Resolução SECGERAL 4- 18.03.2020**

Discrimina os serviços públicos que, na qualidade de essenciais, não podem sofrer descontinuidade em sua prestação, no âmbito da Secretaria-Geral.

**Decreto 47.891 - 20.03.2020**

Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19).

**Decreto 47.939 – 30.04.2020**

Dispõe sobre o MG Investe Garantidor que estabelece regras especiais como medida econômica de enfrentamento à pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus e o Fundo de Investimentos do Estado de Minas Gerais – MG Investe.

**Lei 23.641 - 14.05.2020**

Dispõe sobre o encaminhamento à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de informações sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços realizadas pelo Poder Executivo em função do enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

**Lei 23.685 – 07.08.2020**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2021.

**Decreto 48.040 – 17.09.2020**

Fica mantido, até 31 de dezembro de 2020, o reconhecimento do estado de CALAMIDADE PÚBLICA decorrente da pandemia de COVID-19, em todo o território do Estado.

**Decreto 48.080 - 11.11.2020**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

**Decreto 48.102 – 29.12.2020**

Prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado.

**Lei 23.751 – 30.12.2020**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

**Decreto 48.132 – 29.01.2021**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2021 e dá outras providências.

**Decreto 48.177 – 16.04.2021**

Altera o Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações

da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências.

**Decreto 48.205 – 15.06.2021**

Prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado.

**Lei 23.831 – 28.07.2021**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2022.

**Lei 23.902 – 03.09.2021**

Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nos serviços de atendimento ao público dos estabelecimentos públicos e privados localizados no Estado.

**Decreto 48.303 - 19.11.2021**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

**Lei 24.013 – 30.11.2021**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2022.

**Lei 24.030 – 29.12.2021**

Dispõe sobre o uso da assinatura eletrônica no âmbito do Estado.

**Decreto 48.328 – 29.12.2021**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2022 e dá outras providências.

**Lei Complementar 167 - 01.07.2022**

Institui a Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei 24.218 – 15.07.2022**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023.

**Decreto 48.531 - 11.11.2022**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

**Decreto 48.539 – 05.12.2022**

Altera o Anexo do Decreto nº 48.531, de 11 de novembro de 2022, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

**Lei 24.269 – 29.12.2022**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto NE 859 – 29.12.2022**

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 13.025.000,00.

**Lei Complementar 169 – 29.12.2022**

Altera a Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências, a Lei nº 19.572, de 10 de agosto de 2011, que altera a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Lei 24.272 – 20.01.2023**

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023.

**Decreto 48.574 – 17.02.2023**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2023 e dá outras providências.

**Lei 24.404– 02.08.2023**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

**Lei 24.430– 13.09.2023**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Decreto NE 448 – 19.09.2023**

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.320.000,00.

**Decreto 48.720 - 10.11.2023**

Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2023 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.



# **ÍNDICE DE ASSUNTO DA DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TCEMG**

*remete ao nº da Lei, Decreto, etc.*

## **Abreviaturas e sinais usados**

art. Artigo

Com. comunicado

D decreto

D.C. decisão conjunta

EC emenda constitucional

L lei

LC lei complementar

LOTIC Lei Orgânica do Tribunal de Contas

MG Minas Gerais

MP Ministério Público

§ parágrafo

§§ parágrafos

R Resolução

RC Resolução Conjunta

R.I. Regimento Interno

TC Tribunal de Contas

TCU Tribunal de Contas da União

TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Acórdãos**

do TC, L. 5511, art. 104, a; L. C. 33, art. 73, I, art. 75, § 1º; L.C. 102, arts. 72, I, 75, § 3º

**Acordo**

ver Ajustes/Acordos

**Adiantamento/Suprimento**

exame L.C. 33, art. 33, V-VI  
prazo para aplicação, L. 6131, art. 16; L.C. 33, art. 34

**Adjunto de Procurador**

posse, L. 164, art. 54

**Administração direta**

documentos de contratos  
protocolização mensal no TC, L. 14.199  
descumprimento  
punição, L. 14.199

**Administração financeira**

infração pelos agentes  
multa, L. 6131, art. 4º  
recolhimento de receitas  
adesão ao SIAFI, D. 39.874, art. 8º; D. 39.903

**Administração indireta**

controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, parágrafo único, 2º, II  
documentos de contratos  
protocolização mensal no TC, L. 14.199  
descumprimento  
punição, L. 14.199

**Administrador Público**

conceito L.C. 33, art. 2º, I-IX; L.C. 102, art. 2º, I-VIII  
prestação de contas, L.C. 33, art. 13, III; L.C. 102, arts. 3º, III, 37, II, 46, §§ 1º-2º

**Admissão de pessoal**

ver sob Servidor

**Advogado das partes**

exercício nos processos, L.C. 33, art. 17, XVIII  
faltas, L.C. 33, art. 17, VII; L.C. 102, art. 19, VII

**Agente de transporte e vigilância**

vacância do cargo  
transformação, L. 9768, art. 8º  
vencimentos  
símbolos, alteração, L. 8281, art. 1º

**Agente Público**

representação,, LC 102, arts. 19, XXIV, 70, § 1º, I-VIII, §§ 1º-2º

**Agravo**

decisões interlocutórias/terminativas, arts. 98, II, 104  
formulação, LC 169/22  
normas, L. 2164; L. 5511, arts. 79-80; L.C. 33, art. 82, §§ 1º-3º; L.C. 102, arts. 104-105, parágrafo único

**Ajustes/Acordos**

fiscalização L.C. 33, art. 55; L.C. 102, arts. 3º, XVII, 62-63, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único  
gestor responsável, L.C. 33, art. 62; L.C. 102, art. 63, §§ 1º-2º  
legalidade, art. 3º, VIII  
liberação de recurso financeiro, L.C. 33, art. 61; L.C. 102, art. 63  
publicação dos atos, L. 5511, art. 42, § 4º

recurso público, L.C. 33, art. 13, XII; L.C. 102, arts. 3º, XIII, 62-63, §§ 1º-2º

### **Alienação administrativa de caução**

normas, L. 164, art. 50; L. 1114, art. 77;  
L. 5511, arts. 109-110

### **Analista de Registros funcionais**

nova denominação, L. 9768, anexo II

### **Antiguidade**

regulamento da, L. 164, art. 9º; L. 1114, art. 9º; L. 5511, art. 122

### **Aposentadorias**

ver sob Servidor

### **Apostilas**

averbação, L.C. 33, art. 13, XXV; L.C. 102, art. 33, XXV

### **Arresto de bens**

responsável por débito, L.C. 33, art. 93; L.C. 102, arts. 32, V, 96, IV, § 2º

### **Assembléia Legislativa**

despesa com pessoal  
repartição dos limites, D.C. ALMG/TCEMG (2015)  
nomeação de juizes do TC  
aprovação, L. 164, art. 4º, L. 1114, art. 4º; L. 5511, art. 5º

### **Assessor administrativo**

enquadramento, L. 3230, art. 8º  
número de cargos, L. 6264, art. 1º

### **Assessor de Comunicação Social**

cargo de, L. 10065, art. 4º

### **Assessor de contabilidade**

carreira, L. 6131, arts. 12-13  
criação do cargo, L. 2583, art. 14  
enquadramento, L. 3230, art. 7º

### **Assessor de fiscalização financeira**

número de cargos, L. 6264, art. 1º  
transformação em cargo isolado, L. 2327, art. 1º  
vencimentos, L. 2583, art. 16

### **Assessor de imprensa**

criação do cargo, L. 9582, art. 4º

### **Assessor de manutenção e segurança**

criação do cargo, L. 9582, art. 4º

### **Assessor de Presidente**

nova denominação, L. 9768, anexo II

### **Assessor de relações públicas**

denominação  
transformação, L. 10065, art. 4º

### **Assessor Técnico de Contabilidade**

transformação em cargo isolado, L. 2327, art. 1º  
vencimentos, L. 2583, art. 16

### **Assessoramento**

cargos de  
grau de instrução, L. 7378, art. 3º

**Assessores técnicos**

habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º

**Assistente Administrativo de Gabinete**

nova denominação, L. 9768, anexo, II

**Assistente de auditoria**

atribuições, L. 5688, art. 14, parágrafo único

**Assistente de controle externo II**

vacância do cargo

transformação, L. 9768, art. 8º

**Assistente de fiscalização financeira**

cargo isolado, L. 2583, art. 12

vencimentos, L. 2583, art. 8º

**Assistente de planejamento**

criação do cargo, D. 6100, art. 1º; L. 2583, art. 17

**Assistente técnico de administração**

criação do cargo, D. 6119, art. 1º; D. 6200, art. 1º

transformação, L. 2583, art. 17

**Assistente técnico de contabilidade**

habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º

vencimentos, L. 2583, art. 8º

**Assistente técnico de controle externo**

gratificação, L. 9768, art. 7º

**Associação**

denúncia, L.C. 33, art. 13, XXVII; art. 76; L.C. 102, arts. 3º, XXVII, 65

**Assunto administrativo**

decisão, L.C. 33, art. 25, IX

**Atos**

correção de cálculos, L.C. 102, art. 3º, XXVI

de admissão

ver sob Servidor

do TC

publicação em órgão oficial, D. 17451, art. 6º; L.C. 102, art. 57, I, 76

expedição, L.C. 102, arts. 3º, XXIX, 35, IX

fiscalização, L. 5511, art. 48; L.C. 102, arts. 56-57, I-III, §§ 1º-4º, 58, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único

impugnados

sustação, L.C. 33, art. 13, XVIII; L.C. 102, art. 3º, XLX

irregularidade, L.C. 102, art. 64, IV

representação ao poder competente, L.C. 33, art. 13, XIX; L.C. 102, art. 2º, XX

projeto

votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

registro, L.C. 102, arts. 53, I-II, §§ 1º-3º, 54, I-III, §§ 1º-2º

retificação, L.C. 33, art. 13, XXVI; L.C. 102, art. 2º, XXVI

sustação da execução, L.C. 102, arts. 64, V, 96, III

**Auditor**

abono família, L. 7844, art. 6º; L. 8216, art. 6º; L. 8749, art. 2º; L. 8807, art. 2º; L. 9027, art. 2º

valores indênticos ao do servidor, L. 9551, art. 6º

afastamento, L.C. 102, art. 4º, IV

ampliação do quadro, L. 1429, art. 7º

antiguidade, L.C. 33, art. 12, I-II; L.C. 102, art. 18, I-III

aposentadoria, Constituição 1989, art. 79, § 2º; L.C. 102, art. 26

proventos, L. 6131, art. 19; L. 6804, art. 6º  
composição dos, L. 7064, art. 5º; L. 7287, art. 5º; L. 7944, art. 5º;  
L. 8216, art. 5º; L. 8401, art. 5º; L. 8563, art. 6º; L. 8749, art. 6º;  
L. 8807, art. 6º; L. 8924, art. 4º; L. 9027, art. 6º; L. 9551, art. 5º;  
L. 9741, art. 10

ausência do País, L.C. 102, art. 35, XIV  
atribuições, L. 5511, art. 26; L.C. 33, art. 98  
competência, L.C. 33, art. 21, I-XIII; L.C. 102, arts. 27, 73-74; LC 150  
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II, 24  
denominação "Conselheiro Substituto", L.C. 102, art. 114-B  
diárias de viagem, arts. 4º, VII, 35, XIII  
direitos e vantagens, L.C. 102, art. 19, VII  
equiparação a Juiz de Direito, L.C. 102, art. 25  
exoneração a pedido, L. C. 33, art. 8º

falecimento  
auxílio-funeral, L.C. 33, art. 101; L.C. 102, L.C. 102, art. 114  
pensão, L. 7217, art. 2º

férias, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 87; L. 5511, art. 117; L.C. 33, arts. 11, 17, XX; L.C. 102, arts. 4º, IV,  
17, parágrafo único, 19, VII

garantias e direitos, ECE 78  
gratificação de função judicante, L. 6646, art. 3º; L. 6648, art. 4º;  
L. 6804, art. 1º, § 2º  
gratificação de representação, L. 6804; L. 7064; L. 7287; art. 1º, parágrafo único;  
L. 7892, art. 2º; L. 8112, art. 6º; L. 8401, art. 1º, parágrafo único  
absorção aos vencimentos, L. 7287, art. 1º, parágrafo único  
gratificação de 20%, L. 6227, art. 5º  
gratificação em dezembro, L. 8749, art. 7º

gratificação/vantagem de servidor  
proibição de recebimento, L. 7944, art. 2º, parágrafo único; L. 8216, art. 2º, parágrafo único; L. 84,  
art. 2º, parágrafo único; L. 8563, art. 2º, parágrafo único; L. 8749, art. 3º, parágrafo único; L. 8807,  
art. 3º, parágrafo único; L. 9027, art. 3º, parágrafo único; L. 9551, art. 2º, parágrafo único

impedimentos/garantias, L.C. 102, art. 25  
indicação para o cargo de Conselheiro, L.C. 102, art. 19, XXXVI, parágrafo único  
lista tríplice, L.C. 102, arts. 8º, I, a, 19, XXXV, 35, XIX

juízo  
competência L.C. 33, art. 9º

licença L.C. 33, art. 17, XX; L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII  
nomeação, L. 164, art. 13; L. 1114, art. 13, Constituição de 1967, art. 101, VI, a; ECMG 1/70, arts. 66, 76;  
L. 5511, art. 23; Constituição de 1989, art. 79, I-IV, art. 90, XXIII; L.C. 102, art. 24  
número L.C. 102, art. 24

perda de cargo L.C. 33, art. 8º  
posse, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 83; L. 5511, art. 119; L.C. 33, art. 7º,  
art. 17, II; L.C. 102, arts. 16, 19, III

prerrogativas, vantagens, etc, de juiz de Tribunal de Alçada, Constituição M.G. de 1989, art. 79, § 1º  
processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 35, XX

proibições, L. 5511, art. 25

substituição de Conselheiro, L.C. 33, art. 10; L.C. 102, art. 11  
garantias/impedimentos, L.C. 102, art. 25  
vencimentos, L.C. 102, art. 11, parágrafo único

substituição de juiz, L. 164, art. 10; L. 1114, arts. 8º, 10; L. 5511, art. 10  
substituição de membro da Câmara, L.C. 102, art. 39, V

suspeição  
juízo, L.C. 33, art. 17, XVII  
relato, art. 19, XIII

vedação, art. 9º, I-VII

vencimentos, L. 1429, art. 9º; L. 2583, art. 2º; L. 4703, Anexo III;  
L. 5726, art. 1º, parágrafo único; L. 5948, art. 1º  
aumento, L. 6227, art. 1º; L. 6646, art. 1º; L. 6804, art. 1º; L. 7064, art. 1º;  
L. 7287, art. 1º; L. 7771, art. 1º; L. 7944, art. 1º; L. 8112, art. 5º;  
L. 8216, art. 1º; L. 8401, art. 1º; L. 8563, art. 1º; L. 8749, art. 1º;  
L. 8807, art. 1º; L. 8924, art. 1º; L. 9027, art. 1º; L. 9551, art. 1º;  
L. 9741, art. 1º  
aumento trimestral, L. 9741, art. 1º, art. 1º, parágrafo único

Vice-Diretor da Revista do Tribunal de Contas, L.C. 102, art. 19, XXXIX

### **Auditoria**

atividades administrativas da, L. 5588, art. 1º  
composição, L.C. 33, art. 4º; L.C. 102, art. 25  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
parecer coletivo, L.C. 33, art. 21, XIII; L.C. 102, art. 27, V  
pronunciamento  
elementos, L.C. 33, art. 21, parágrafo único  
revisão de contas, L. 164, art. 39

### **Auditoria financeira/orçamentária**

exame de contas, L. 5511, art. 70

### **Auditoria (fiscalização)**

comunicação de resultado, L.C. 33, art. 57; L.C. 102, art. 3º, XIV  
empresa especializada  
contratação, L.C. 33, art. 56  
pedido de, L.C. 33, art. 25, XI  
promoção pelo controle interno, L.C. 33, art. 64, II  
realização de, L.C. 33, VIII, arts. 56-58; L.C. 102, arts. 3º, IX, 57, II, §§ 1º-2º  
sonegação de informação/documento, L.C. 33, art. 58, §§ 1º-2º; L.C. 102, art. 58, §§ 1º-2º  
ver também sob Inspeção

### **Autarquia**

balanço orçamentário  
parecer do TC, L. 6131, art. 1º  
fiscalização pelo TC, L. 164, arts. 23, I, 41; L. 1114, arts. 20, I, 34-35;  
L. 5511, art. 20  
tomada de contas, L. 1114, arts. 55-56; L. 5511, arts. 68-72

### **Autenticação de cópia**

ver Documentos

### **Autos**

restauração, L.C. 33, art. 17, XIV; L.C. 102, art. 19, XXVI

### **Auxiliar de fiscalização financeira**

transformação do cargo, L. 2583, art. 9º  
vencimentos, L. 2583, art. 9º

### **Auxiliar de gabinete**

gratificação, L. 1429, art. 14

### **Auxiliar de Procurador**

competência, L. 164, art. 22

### **Auxiliar instrutivo**

carreira, L. 5688, anexo I; L. 6131, art. 6º  
criação de 80 cargos, L. 10065, art. 5º  
extinção de cargo, L. 6131, art. 7º

### **Auxiliar técnico em contabilidade**

habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º  
transformação do cargo, L. 2583, art. 9º  
vencimento, L. 2583, art. 9º

### **Balancetes anuais**

análise de, L. 1114, art. 20, IV

### **Balancetes mensais**

de repartição arrecadadora  
inspeção, L. 1114, art. 24, III

**Balanço/balancete**

ver Prestação de Contas

**Balanço financeiro**, L.C. 33, art. 39

parecer do TC, L. 5511, art. 69

**Balanço Geral das Contas do Exercício**

parecer do TC, L. 5511, art. 71

**Balanço Geral do Estado**

parecer do TC, L. 164, art. 43; L. 1114, art. 67

**Balanço orçamentário**, L.C. 33, art. 39

parecer do TC, L. 5511, art. 69

**Balanço patrimonial**, L.C. 33, art. 39

parecer do TC, L. 5511, art. 69

**Balancos**

itens obrigatórios, L. 1114, art. 66

ver também Receita, Despesa

**Bens dos responsáveis**

arresto dos, L.C. 33, art. 93

**Bens públicos**

desfalque/desvio, L.C. 33, art. 40, III; L.C. 102, art. 47, III

**Biblioteca**

subordinação, L. 1429, art. 3º, parágrafo único

**Bibliotecário**

criação do cargo, L. 1429, art. 6º

vencimentos, L. 2583, art. II

**Câmara de Licitação**

incumbências, EC. 24/97

pareceres conclusivos

    julgamento, L.C. 33, art. 25, XII

ver também sob Licitação

**Câmara Municipal**

aprovação de contas de prefeito, L. 5511, art. 73, § 4º

    quorum, L. 5511, art. 73, § 5º

decisões

    inexistência de recurso ao TC, L. 5511, art. 95

    recurso ao TC, L. 28, art. 117

fiscalização financeira/orçamentária

    controle externo, L. 5511, art. 73

Presidente da

    envio das contas ao TC, L. 5511, art. 73, § 1º

**Câmaras do TC**

alerta

    emissão, L.C. 102, art. 37, V

atuação de Auditor, L.C. 102, art. 27, IV

competências, L.C. 102, art. 37, I-XII

composição, L.C. 33, arts. 26-27; L.C. 102, L.C. 102, arts. 36-39, parágrafo único

escolha dos membros, L.C. 33, art. 27

funcionamento, L.C. 102, art. 36

início dos trabalhos, L.C. 33, art. 101, § 3º

integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14

número, L.C. 102, art. 36

organização das, L.C. 33, art. 4º, parágrafo único; L.C. 102, art. 36  
presidência, L.C. 102, art. 36

#### Presidente

competências, L.C. 102, art. 39, I-V, parágrafo único  
impedimento, L.C. 102, art. 39, parágrafo único  
suspeição, L.C. 102, art. 39, parágrafo único

Secretaria, L.C. 102, art. 38

sessões, L.C. 102, arts. 32, II, 39, I

votação, L.C. 102, art. 39, II-III

ver também Primeira Câmara - Segunda Câmara

#### **Cargo em comissão**

afastamento, L.C. 102, art. 19, IX

aposentadoria

apostilamento, L. 9532

férias, L.C. 102, art. 19, IX

gratificação

adicional tempo de serviço, L. 10161, art. 2º

licença, L.C. 102, art. 19, IX

nomeação/exoneração, L.C. 33, art. 17, IV; L.C. 102, art. 19, VIII

provimento da, L. 3230, art. 3º; L. 5688, art. 14; L.C. 33, art. 25, III

quadro, L. 9768, art. 13

vencimentos

valores da lei 3214, art. 14, parágrafo único

ver também Cargos de Chefia/ Direção e Cargos isolados

#### **Cargos de carreira**

criação, L. 1429, art. 6º

#### **Cargos de Chefia/Direção**

substituição, L. 1429, art. 15

ver também Cargos em comissão e Cargos isolados

#### **Cargos do TC**

criação/transformação/extinção, L.C. 33, art. 16, III; L.C. art. 4º, III

#### **Cargos isolados**

de provimento em comissão

criação, L. 1429, art. 4º

efetivos, L. 1429, art. 6º

#### **Caução**

alienação administrativa, L. 164; art. 52; L. 1114, art. 79; L. 5511, arts. 109-110

legalidade, L.C. 33, art. 13, XXIV

levantamento

autorização do TC, L. 5511, art. 65

prestação de

fiscalização, L. 1114, art. 24, IV

regularidade, L.C. 33, art. 32, VIII

restituição, L.C. 33, art. 13, XXIV, art. 33, IV

processos de, L.C. 33, art. 21, II, c, VII

#### **Certidões**

assinatura, L.C. 33, art. 99

deferimento, L.C. 33, art. 99

delegação de competência, L.C. 33, art. 99

expedição de, L. 5511, art. 123; L. 6131, art. 1º; L.C. 33, arts. 17, XII, 70; L.C. 102, art. 19, XXVII

#### **Chefe de departamento**

gratificação de produtividade, L. 6131, art. 15

regime de tempo integral, L. 6131, art. 15

#### **Chefe de divisão**

posse, L. 1114, art. 83  
vencimentos, L. 2583, art. 7º

### **Chefe de gabinete de Conselheiro**

criação do cargo, L. 9582, art. 3º

### **Chefe de gabinete do Presidente**

gratificação de 1/3, L. 6131, art. 9º

### **Chefe de portaria**

gratificação, L. 1429, art. 12

### **Chefe de serviço**

gratificação de produtividade, L. 6131, art. 15  
regime de tempo integral, L. 6131, art. 15

### **Chefia**

aposentadoria  
proventos, L. 6131, art. 22  
cargo em comissão, L. 164, art. 18  
contagem de tempo, L. 5688, art. 15  
provimento em, L. 5688, art. 14  
ver também Cargo em comissão

### **Cidadão**

denúncia, L.C. 33, art. 13, XXVII, art. 67; L.C. 102, art. 3º, XXVII

### **Citação**

formas, L. 1114, art. 50; L. 5511, art. 105; L. 6131, art. 1º  
normas, L.C. 33, art. 77, I-IV; L.C. 102, arts. 77, I, 78, I-VI, 79  
responsável, L.C. 33, art. 42, § 1º

### **Código de Processo Civil**

aplicação subsidiária, L.C. 33, arts. 78-79, 107; L.C. arts. 76-77, I-II, 78, I-VI, 79-80, 97, 101

### **Cofres públicos**

recolhimento de saldos, L. 6131, art. 17

### **Comissão**

constituição, L.C. 102, art. 19, XXXIII  
designação, L.C. 102, art. 19, XXXIII

### **Comissão de compatibilização e acompanhamento**

participação do TC, L. 10572, art. 2º

### **Comissão de Jurisprudência e Súmulas**

coordenação dos trabalhos, L.C. 102, art. 19, XL

### **Concurso público do TC**

realização, L.C. 33, art. 16, V; L.C. 102, art. 4º, V

### **Conferente de pagamentos**

criação do cargo, L. 6131, art. 8º

### **Conselheiro**

abono família, L. 7944, art. 6º; L. 8216, art. 6º; L. 8749, art. 2º; L. 8807, art. 2º; L. 9027, art. 2º  
valores idênticos do servidor, L. 9551, art. 6º  
afastamento, L.C. 102, art. 4º, IV  
antiguidade, L.C. 33, art. 12, I-III; L.C. 102, art. 18, I-III  
aposentadoria  
contagem de tempo, L. 7655, art. 124  
de advocacia, L. 8563, art. 2º, parágrafo único  
atribuições

fornecimento de cópias de documentos, L.C. 33, art. 98, II  
ausência do País, art. 35, XIV

cargo

ocupação

impossibilidade, L.C. 102, art. 10

provimento, L.C. 102, art. 8º, I, a-c, II

lista triplíce, L.C. 33, art. 16, X; L.C. 102, art. 4º, XI

competências, L.C. 102, art. 73-74

composição do Tribunal Pleno, L.C. 102, art. 34, § 1º

diárias de viagem, L.C. 102, arts. 4º, VII, 35, XIII

direitos e vantagens, L.C. 102, art. 19, VII

equiparação a Desembargador do TJMG, L.C. 102, art. 12

exoneração a pedido, L.C. 33, art. 8º

falecimento

auxílio-funeral, L.C. 33, art. 101; L.C. 102, art. 114

férias, L.C. 33, art. 11; L.C. 102, arts. 4º, IV, 17, 19, VII

duração, L.C. 102, art. 17, parágrafo único

juízo

competência, L.C. 33, art. 9º

licença, L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII

nomeação, Constituição de 1989, art. 78, § 1º, 90, XXIII; L.C. 102, art. 7º, I-IV

requisitos para, Constituição de 1989, art. 78, I-IV

número, L.C. 102, art. 5º

perda de cargo, L.C. 33, art. 8º

posse, L.C. 33, arts. 7º, 17, II; L.C. 102, arts. 16, 19, III

processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 35, XX

prerrogativas, vantagens, etc. de desembargador, Constituição de 1989, art. 78, § 4º

proventos

aumento, L. 7944, art. 1º; L. 8112, art. 1º; L. 8216, art. 1º; L. 8401, art. 1º; L. 8563, art. 3º; L. 8749, art. 4º; L. 8807, art. 4º; L. 8924, art. 2º; L. 9027, art. 4º; L. 9551, art. 3º; L. 9741, art. 1º

composição dos, L. 7064, art. 5º; L. 7287, art. 5º; L. 7771, art. 4º

gratificação adicional, L. 8563, art. 2º, parágrafo único

gratificação de representação, L. 6804; L. 7064; L. 7287, art. 1º, parágrafo único; L. 7892, art. 2º; L.

8112, art. 6º; L. 8401, art. 1º, parágrafo único

absorção aos vencimentos, L. 7287, art. 1º, parágrafo único

gratificação em dezembro, L. 8749, art. 7º

gratificação /vantagem de servidor

proibição de recebimento, L. 7944, art. 2º, parágrafo único;

L. 8216, art. 2º, parágrafo único; L. 8749, art. 3º, parágrafo único;

L. 8807, art. 3º, parágrafo único; L. 9027, art. 3º, parágrafo único;

L. 9551, art. 2º, parágrafo único

substituição, L.C. 33, arts. 10, 21, I; L.C. 102, arts. 11, parágrafo único, 15, §§ 1º-2º, 27, I

suspeição

relato, L.C. 102, art. 19, XIII

vacância, L.C. 102, art. 27, II

vedação, L.C. 102, art. 9º, I-VII

vencimentos

aumento, L. 7064, art. 1º; L. 7287, art. 1º; L. 7771, art. 1º; L. 7944, art. 1º; L. 8112, art. 5º; L. 8216, art. 1º; L. 8401, art. 1º; L. 8563, art. 1º; L. 8749, art. 1º; L. 8807, art. 1º; L. 8924, art. 1º; L. 9027, art. 1º; L. 9551, art. 1º; L. 9741, art. 1º

### **Conselheiro Substituto**

denominação de Auditor, L.C. 102, art. 114-B

### **Conselho de Contas Municipais**

normas, L. 5688, art. 22

### **Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção**

participação do TCEMG, D. 47.674, art. 4º

### **Conselho Estadual de Arquivos**

participação do TCEMG, L. 19.420, arts. 11, 18

## **Conselho Estadual de Fomento e Colaboração – Confoco-MG**

participação do TCEMG, D. 48.177, art. 9º

## **Constituição M.G. de 1989**

art. 155, § 2º, L. 10572

## **Consultas ao TC**

autoridade competente para formular, L.C. 33, art. 13, X  
definição, L.C. 33, art. 13, parágrafo único; L.C. 102, art. 3º, XI, § 1º  
emissão de parecer, L.C. 33, art. 3º, XI, § 1º  
pelo Tribunal Pleno, L.C. 33, art. 25, X; L.C. 102, art. 35, III  
por Auditor, L.C. 33, art. 21, III; L.C. 102, art. 27, V  
forma de deliberação  
parecer, L.C. 33, art. 73, V; L.C. 102, arts. 27, V, 72, II, b  
normas, L. 164, art. 37; L. 1114, art. 80  
prazo de resposta, L.C. 33, art. 13, X  
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

## **Consultoria-Geral**

subordinação, LCE 167/22, art. 2º, III

## **Contabilidade pública**

disposições legais em vigor, L. 164, art. 55

## **Contador-inspetor**

criação de 40 cargos, L. 9473, art. 1º; L. 9746, art. 1º

## **Contagem de tempo**

elaboração da, L. 5511, art. 124

## **Contas**

irregularidade; LC 102, arts. 48, III, a-e, § 1º, 51, § 1º, I-IV, 52, parágrafo único  
aplicação de multa, L.C. 33, art. 47, parágrafo único  
arquivamento/desarquivamento de processo, L.C. 33, arts. 48, 50; L.C. 102, art. 48; art. 50  
sanções, L.C. 102, art. 3º, VI  
julgamento, L.C. 33, art. 44, I-III; L.C. 102, arts. 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51, § 1º, I-IV, §§ 2º-3º, 52,  
parágrafo único  
regulares, L.C. 102, arts. 48, I-II, 49-50, § 2º  
revisão das, L. 164, art. 39  
ver também Prestação de contas - Tomada de contas

## **Contas irregulares**

conceito, L.C. 33, art. 44, III, a-c  
débito  
recolhimento, L.C. 33, art. 47

## **Contas regulares**

quitação ao responsável, L.C. 33, arts. 45-46

## **Contrato**

cláusulas essenciais, L. 164, art. 27; L. 1114, art. 61  
controle das despesas, L. 14.199  
exame dos, L. 164, art. 28; L. 1114, arts. 25, VI, 62  
fiscalização pelo TC, L. 5511, art. 48; L.C. 33, art. 55; L.C. 102, arts. 3º, XVI-XVII, 56-57, I-III, §§ 1º-4º, 58,  
§§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único  
gestor responsável, L.C. 33, art. 62  
ilegalidade  
consequências, L.C. 33, art. 59, § 1º, I-II; §§ 2º-3º regulares, L.C. 102, arts. 48, I-II, 49-50, § 2º  
impugnação pelo TC  
remessa ao Poder Legislativo, L.C. 33, art. 17, XII; L.C. 102, art. 19, XIX  
inadimplência  
liberação de recursos, L.C. 33, art. 61, § 2º, I-II  
inidoneidade, L.C. 102, art. 83, III

irregularidades, L.C. 102, art. 64, IV  
apuração, L. 5511, art. 48, § 6º  
legalidade, L.C. 33, art. 13, XVI  
liberação de recursos  
necessidade de prestação de contas, L.C. 33, art. 61  
município inadimplente, L.C. 33, art. 61, § 1º  
publicação do , L. 164, art. 26; L. 1114, art. 60; L. 5511, art. 42, § 4º  
registro no TC, L. 164, art. 24, L. 1114, art. 57  
recusa, L. 1114, arts. 58-59  
sustação de execução, L.C. 33, art. 13, XXVIII; L.C. 102, arts. 3º, XXVIII, 64, V-VI, parágrafo único  
sustação pelo Poder Legislativo, L.C. 33, art. 59, § 2º; L.C. 102, art. 64, VI

### **Controle externo**

definição, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único  
responsáveis pela prestação de contas, L.C. 33, art. 2º, I-IX; L.C. 102, art. 2º, I-VIII

### **Controle interno**

apoio ao controle externo  
atividades, art. 64, I-III  
finalidades, L.C. 33, art. 63, I-IV  
irregularidade/ilegalidade  
comunicação ao TC, L.C. 33, art. 65, § 1º, I-III  
observância, L.C. art. 4º, § 1º  
parecer  
conhecimento pelo gestor, L.C. 33, art. 66  
relatório/parecer conclusivo, L.C. 102, arts. 40, § 3º, 42, § 3º  
responsabilidade solidária, L.C. 33, art. 65, § 2º

### **Convênio**

Administração Pública do Poder Executivo Estadual  
transferência de recursos financeiros  
normas, D.46.319  
regulamentação do Decreto 46.319, RC SEGOV/AGE, 2/13  
celebração  
execução de projetos / realização de eventos, D. 43.635; D.44.083; D.44.293; D. (MG de 30.05.09);  
D.45.949  
fiscalização, L.C. 33, art. 55; L.C. 102, arts. 3º, XVII, 62.63, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único  
gestor responsável, L.C. 33, art. 62; L.C. 102, art. 63, §§ 1º-2º  
inadimplência  
liberação de recursos, L.C. 33, art. 61, § 2º, I-II; L.C. 102, art. 63  
legalidade, L.C. 33, art. 13, XVI  
liberação de recurso financeiro  
necessidade de prestação de contas, L.C. 33, art. 61  
município inadimplente, L.C. 33, art. 61, § 1º  
prestação de contas  
execução de projetos / realização de eventos, D. 43.635; D.44.083; D.44.293; D. (MG de 30.05.09)  
publicação em órgão oficial, L. 5511, art. 42, § 4º  
recurso público  
fiscalização, L.C. 33, art. 13, XII; L.C. 102 arts. 3º, XIII, 37, Vi, 62-63, §§1º-2º

### **Coordenadoria de Arquivo Geral**

participação no Conselho Estadual de Arquivos, L.19.420, arts. 11, 18

### **Cópia reprográfica**

fornecimento pelo TC, L.C. 33, art. 98, I-V  
ver também Documentos

### **Corpo deliberativo**

criação, L. 164, art. 2º, I; L. 1114, art. 2º, I  
funções, L. 164, arts. 3-II; L. 1114, arts. 2-II

### **Corpo especial**

composição/finalidades, L. 164, arts. 12-13; L. 1114, arts. 12-13  
criação, L. 164, art. 2º, II; L. 1114, art. 2º, II

**Corpo instrutivo**

composição/finalidade, L. 164, art. 14; L. 1114, art. 14  
criação, L. 164, art. 2º, III; L. 1114, art. 2º, III

**Corpo Instrutivo do Tribunal - CIT**

composição, L. 3230, art. 1º  
finalidades, L. 1429, art. 1º  
organograma, L. 1429, arts. 2º-3º

**Corregedor**

competência, L.C. 33, art. 19, I-IV; L.C. 102, art.21, I-VI, parágrafo único  
eleição/reeleição, L.C. 33, arts. 6º, 16, I; L.C. 102, arts. 4º, I, 13, parágrafo único, 35, XVII  
relatório anual, L.C. 33, art. 20; L.C. 102, art. 21, parágrafo único

**Corregedoria**

integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14

**Crédito especial**

abertura de, L. 10.993  
procedimentos de repasse, EC 31/97

**Crédito suplementar**

abertura de, D. 43.330; D. 43.410; D. (MG 30.10.03); D. (MG16.12.03); L. 15.408; D. (MG 17.12.04);  
L.15.925; D.(MG de 23.12.05); L.16.427; D.(MG 30.11. 06); I.16.511; D. (MG de 23.12.06); L.17.035;  
L.17.660; D. (MG de 24.07.08); L. 17.497; D. (MG de 24.12.08); L. 18.585; L. 19.107; D.( MG de  
16.09.10); L. 19.225; D. (MG de 02.12.10); L. 19.720; L. 19.723; D.(MG de 22.11.11); D.(MG de  
25.11.11); D.(MG de 01.12.11); L. 19.922; D. (MG de 27.12.11); L. 20.467 (MG de 27.11.12);  
L.20.468 (MG de 27.11.12); D. 737 (MG de 28.11.12); D. 738 (MG de 27.11.12); L. 20.535 (MG de  
15.12.12); D. 785 (MG de 18.12.12); L. 20.926 (MG de 06.11.13); D.631 (MG de 15.11.2013); L.21.379  
(MG de 30.06.2014); D. 341 (MG de 08.07.2014); L.21.535 (MG de 18.12.2014); D. 692 (MG de  
18.12.14); L. 21.844 (MG de 01.12.2015); D.559 (MG de 03.12.15); L.23.138 (MG de 11.12.2018);  
L.23.365 (MG de 26.07.2019); L.23.452 (MG de 30.11.2019); D.527 (MG de 09.11.2019); LE 24.269/22;  
DE 859/22; L. 24.430 (MG de 14.09.2023); D 448 (MG de 20.09.2023)  
normas para solicitação, D. 41.002  
procedimentos de repasse, EC 31/97

**Créditos**

registro no TC, L. 1114, arts. 31-33

**Créditos orçamentários**

exame, L.C. 33, art. 33, III  
procedimentos de repasse, EC 31/97  
requisição, L.C. 102, art. 19, XXI

**Crime de responsabilidade**

apuração, L.C. 33, art. 17, VIII; L.C. 102, art. 19, XXIII

**Curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização em Controle de Contas, Transparência e Responsabilidade Pública**

autorização de funcionamento, D. 740

**Curso de treinamento**

manutenção de, L. 5688, art. 12

**Datilógrafo**

criação de 32 cargos, L. 9136, art. 1º  
número de cargos, L. 6264, art. 2º  
vencimentos  
símbolos, alteração, L. 8281, art. 1º

**Datilógrafo-redator**

criação de 30 cargos, L. 9768, art. 12

## **Decisões do TC**

prazos, LC 169/22art. 2º

## **Débito**

correção monetária do , L.C. 33, art. 75, §§ 1º-3º; L.C. 102, art. 75, §§ 1º-4º  
imputação de

eficácia de título executivo, L.C. 33, art. 75; L.C. 102, art. 75, § 1º  
não pagamento

desconto em vencimentos, L.C. 33, art. 75, § 6º, I

remessa ao M.P. , L.C. 33, art. 75, § 6º, II; L.C. 102, art. 75, § 2º

parcelamento, L.C. 33, art. 75, §§ 3º-4º

quitação, L.C. 33, art. 75, § 5º; L.C. 102, art. 75, § 4º

recolhimento, L. 6131, art. 1º

responsável pelo

intimação, L.C. 102, art. 75, § 1º

notificação, L.C. 33, art. 75, § 2º

## **Decadência**

definição, L.C. 102, arts. 110-A, parágrafo único, 110-H, parágrafo único

publicação de atos, L.C. 102 art. 110-I

reconhecimento, L.C. 102 arts. 110-A, parágrafo único, 110-J

verificação da ocorrência, L.C. 102 art. 19, § 1º

## **Decisão conflitante**

orientação do Pleno, L.C. 33, art. 25, II

## **Decisões do TC**

efeito suspensivo, L. 6131, art. 19, parágrafo único

eficácia de título executivo, L.C. 33, art. 75; L.C.102, art. 75, §§ 1º-4º

erros/inexatidões

correção, L. 1114, art. 74; L. 5511, art. 121; L.C. 33, art. 49

execução das, L. 5511, arts. 105-112; L.C.102, art. 32, II-IV, §§ 1º-2º

formas de, L. 5511, art. 104; L.C. 33, art. 73, I-V; L.C.102, art. 72, I-II, a-c, III, IV, a-b, V

interpretação antagônica

convocação do pleno, L. 6131, art. 19

normativa, L.C.102, art. 75, V

prazos, LC 169/22, art. 2º

publicação em órgão oficial, L.C. 33, art. 78; L.C.102, art. 76

revisão, L. 164, art. 47; L. 1114, arts. 72-73; L. 5511, arts. 87-90

tipos, L.C.102, art. 71, §§ 1º-3º

## **Demonstrações das variações patrimoniais**

parecer do TC, L. 5511, art. 69

## **Demonstrativo das variações patrimoniais, L.C. 33, art. 39**

## **Denúncia**

apresentação por pessoa jurídica, L.C. 33, art. 68, parágrafo único; L.C.102, art. 66, parágrafo único

apuração em caráter sigiloso, L.C. 33, art. 69, art. 71; L.C.102, art. 67

arquivamento, L.C.102, art. 67, parágrafo único

certidão

expedição pelo TC., L.C. 33, art. 70; L.C.102, art. 68

decisão sobre, L.C. 33, art. 13, XXVII; L.C.102, arts. 3º, XXVII, 35, VI, 37, IX, 68

juízo de admissibilidade, L.C. 102, art. 19, XXXVIII

normas, L.C. 33, arts. 67-72; L.C. 102, arts. 65-66, I-IV, parágrafo único, 67, parágrafo único, 68-69,

parágrafo único

prescrição/decadência, L.C. 102, art. 19, § 1º

requisitos de admissibilidade, L.C. 102, art. 66, I-IV

ver também Representação

## **Denunciante**

responsabilidade, L.C. 33, art. 72; L.C. 102, art. 69, parágrafo único

**Departamento administrativo**

composição, L. 5511, art. 113

**Departamentos autônomos**

fiscalização, L. 1114, arts. 34-35

parecer do TC

em balanço orçamentário, L. 6131, art. 1º

tomada de contas, L. 11114, arts. 55-56; L. 5511, arts. 68, 72

**Desfalques/desvio de bens**

apuração/penalidades, L. 1114, arts. 47-53; L. 5511, art. 61-63

consequências, L.C. 33, art. 60; L.C. 102, art. 47, III, §§ 1º-3º

**Desapropriação de terrenos**

construção do edifício-sede do TC, D. 24753

**Despesa pública**

atos

deliberação, L.C. 102, art. 37, III

caráter reservado/confidencial, L.C. 33, art. 33, § 4º

registro no TC, L. 1114, art. 25, § 3º; L. 5511, art. 42, § 5º

documentos

entrega ao TC, L.C. 33, art. 33, §§ 1º-3º

empenho

remessa de cópia ao TC, L. 1114, art. 25, §§ 1º-2º

exame da , L. 5511, art. 42; D. 20247, art. 2º, § 1º; L. 509, art. 6º

fiscalização pelo TC, L. 164, art. 33; L.C. 33, art. 33, II; L. 509, arts. 7º, 9º-10; L.C. 102, arts. 1º, parágrafo

único, 3º, IV, 56-57, I-III, §§ 1º-2º, 58, §§ 1º-2º, 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, 61-63, §§ 1º

2º, 64, I-VI, parágrafo único

emissão de alerta, LC 102, arts. 35, XII, 55, parágrafo único

ilegalidade

sanções, art. 3º, XV

regularidade, L.C.33, art. 21, XI

**Desvio de bens**

consequências, L.C. 33, art. 60; L.C. 102, art. 47, III, §§ 1º-3º

**Diário Oficial Eletrônico**

instituição no TCEMG, LC 111

publicação, L.C. 102, art. 114-A, I-IV

**Diligências**

determinação, L.C. 33, art. 42, § 1º

normas gerais, L. 5511, arts. 43-46

promoção, L.C. 33, art. 21, IV

tomada de contas/prestação de contas, L.C. 33, art. 42, § 1º

**Dinheiro público**

desfalque/desvio, L.C. 33, art. 40, III

**Direção superior**

cargos de

grau de instrução, L. 7378, art. 3º

**Diretor**

gratificação de produtividade, L. 6131, art. 15

regime de tempo integral, L. 6131, art. 15

**Diretor I**

nova denominação, L. 10485, art. 5º

**Diretor II**

nova denominação, L. 10065, art. 2º

**Diretor Adjunto da Secretaria Geral**  
nova denominação, L. 9768, anexo II

**Diretor da Secretaria Geral**  
atribuições  
fornecimento de cópias de documentos, L.C. 33, art. 98, IV

**Diretor-geral**  
criação do cargo, L. 9768, art. 13

**Diretoria Financeira e Orçamentária para os Municípios**  
criação, L. 5511, art. 4º, § 1º

**Diretoria Financeira e Orçamentária para Tomada de Contas**  
criação, L. 5511, art. 4º, § 1º

**Diretorias**  
funcionários  
férias, L. 5511, art. 118

**Diretrizes do sistema de carreira**  
estudos sobre  
participação do TC, D. 30967, art. 3º, § 2º

**Diretrizes Orçamentárias**  
exercício financeiro de 1999, L. 12.960, art. 1º, III  
Lei Orçamentária  
definição de ações, L. 12.960, art. 31  
Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado, L. 12.960  
Orçamento Fiscal, L. 12.960  
exercício financeiro de 2002  
Lei Orçamentária, L. 13.959  
exercício financeiro de 2003  
Lei Orçamentária, L. 14.371  
exercício financeiro de 2004  
Lei Orçamentária, L. 14.684  
exercício financeiro de 2005  
Lei Orçamentária, L. 15.291  
exercício financeiro de 2006  
Lei Orçamentária, L. 15.699  
exercício financeiro de 2007  
Lei Orçamentária, L. 16.314  
exercício financeiro de 2008  
Lei Orçamentária, L. 16.919  
exercício financeiro de 2009  
Lei Orçamentária, L. 17.710  
exercício financeiro de 2010  
Lei Orçamentária, L. 18.313  
exercício financeiro de 2011  
Lei Orçamentária, L. 19.099  
exercício financeiro de 2012  
Lei Orçamentária, L. 19.573  
exercício financeiro de 2013  
Lei Orçamentária, L. 20.373  
exercício financeiro de 2014  
Lei Orçamentária, L. 20.845  
exercício financeiro de 2015  
Lei Orçamentária, L. 21.447  
exercício financeiro de 2016  
Lei Orçamentária, L.21.736; L. 21.969  
exercício financeiro de 2017  
Lei Orçamentária, L.22.254

exercício financeiro de 2018  
Lei Orçamentária, L.22.626  
exercício financeiro de 2019  
Lei Orçamentária, L.23.086; 23.287  
exercício financeiro de 2020  
Lei Orçamentária, L. 23.364  
exercício financeiro de 2021  
Lei Orçamentária, L. 23.641  
exercício financeiro de 2022  
Lei Orçamentária, L. 23.831  
exercício financeiro de 2023  
Lei Orçamentária, L. 24.218  
exercício financeiro de 2024  
Lei Orçamentária, L. 24.404

### **Dirigentes/liquidantes**

entidades públicas  
fiscalização, L.C. 33, art. 13, XXII; L.C. 102, art. 3º, XXII

### **Disponibilidades**

julgamento pelo TC, L. 5511, art. 18  
normas gerais, L. 5511. arts. 54-57

### **Divisão de Assuntos Municipais - DAM**

constituição, L. 1429, art. 3º, III

### **Divisão de Fiscalização Financeira - DFF**

constituição, L. 1429, art. 3º  
representação no Conselho dos Contadores do Estado, L. 1429, art. 13

### **Divisão de Tomadas de Contas - DTC**

constituição, L. 1429, art. 3º, II

### **Documentos**

assinatura eletrônica, L. 24.030  
certidão, L.C. 102, art. 19, XXVII  
reprodução/cópias de  
autenticação, L.C. 33, art. 99, parágrafo único  
fornecimento pelo T.C, L.C. 33, art. 98, I-IV  
validade, L. 5511, art. 123, § 1º; L. 6131, art. 1º

### **Dotação Orçamentária**

repasse de recursos, EC 31/97

### **Edifício BEMGE**

venda de andares, L. 7349, art. 2º

### **Eleição Presidente/Vice/Corregedor**

competência privativa, L.C. 102, art. 4º, I  
normas, L.C. 33, art. 33; L.C. 102, art. 13, parágrafo único

### **Embargos**

normas, L. 164, art. 45

### **Embargos declaratórios**

formulação, ; LC 169/22, art. 2º  
normas, L. 164, art. 45, §§ 1º-2º; L. 1114, art. 70; L. 5511, arts. 81-82;  
L.C. 33, art. 33; L.C. 102, arts. 98, III, 106, parágrafo único, 107  
prazo, LC 169, art. 2º

### **Embargos infringentes**

normas, L. 164, art. 45, § 3º; L. 1114, art. 71; L. 5511, arts. 81, 83-84;  
L.C. 33, art. 85

## **Emenda Constitucional nº I de 1970**

art. 169, L. 5688, art. 22  
art. 177, L. 5688, art. 20  
art. 186, L. 5688, art. 29

## **Empresas públicas**

balanço orçamentário  
parecer do TC, L. 6131, art. 1º  
controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único  
fiscalização pelo TC, L. 5511, arts. 20, 50-53; L.C. 33, art. 13, XI; L.C. 102, art. 3º, XII  
tomada de contas, L. 5511, arts. 68, 72

## **Empréstimos/operações de crédito**

deliberação, L. 28, art. 66, XIII, c, § 2º  
fiscalização, L. 28, arts. 66, XIII, c, § 2º  
parecer prévio do TC, L. 1114, arts. 63-65; L. 5511, arts. 74-75; L.C. 33, art. 32, IV; L.C. 102, arts. 3º, X, 35, IV  
recursos provenientes  
fiscalização, L.C. 33, art. 32, V  
registro no TC, L. 28, art. 66, XIII, c, § 2º

## **Entidades paraestatais**

fiscalização, L. 164, art. 41

## **Entidades sob intervenção**

fiscalização., L.C. 33, art. 13, XXII; L.C. 102, arts. 2º, VII, 3º, XXII

## **Entidades subvencionadas**

fiscalização pelo TC, L. 5511, art. 47

## **Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo**

credenciamento, D.740  
estrutura, L.C. 102, art. 33, parágrafo único  
finalidade, L.C. 102, art. 33  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º ; LCE 167/22, art. 14  
organização, L.C. 102, art. 33, parágrafo único  
recredenciamento, R SEDECTES 80/2018

## **Estado**

administração financeira  
fiscalização pelo TC, L. 1114, arts. 22-23  
controle externo pelo TC., L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único

## **Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado**

aplicação a servidor do TC., L.C. 33, art. 97; L.C. 102, art 113  
estudos para elaboração, D. 30967

## **Estenógrafo-redator**

vencimentos  
símbolos, L. 7127, art. 5º

## **Exceção de suspeição/impedimento**

juízo, L.C. 33, art. 25, VIII; L.C. 102, art. 35, VIII

## **Exercício financeiro**

ano de 1998  
encerramento D. 40.138  
ano de 1999  
encerramento, D. 40.461  
ano de 2000  
encerramento, D. 41.312  
ano de 2001

encerramento, D. 42.061  
ano de 2002  
encerramento, D. 43.033  
ano de 2003  
encerramento, D. 43.651  
ano de 2004  
encerramento, D. 43.902  
ano de 2005  
encerramento, D. 44.142  
ano de 2006  
encerramento, D. 44.404; D.44.437; D.44.438  
ano de 2006  
encerramento, D. 44.404; D.44.437; D.44.438  
ano de 2007  
encerramento, D. 44.653; D.44.702  
ano de 2008  
encerramento, D. 44.948; D. 45.002  
ano de 2009  
encerramento, D. 45.214  
ano de 2010  
encerramento, D. 45.493; D. 45.497  
ano de 2011  
encerramento, D. 45.782  
ano de 2012  
encerramento, D. 46.091  
ano de 2013  
encerramento, D. 46.091  
ano de 2014  
encerramento, D.46.638  
ano de 2015  
encerramento, D.46.883  
ano de 2016  
encerramento, D. 47.064  
ano de 2017  
encerramento, D. 47.282; D. 47.292  
ano de 2018  
encerramento, D. 47.521  
ano de 2019  
encerramento, D 47.755  
ano de 2020  
encerramento, D 48.080  
ano de 2021  
encerramento, D 48.303  
ano de 2022  
encerramento, D 48.531; D 48.539  
contas do  
parecer prévio, L. 164, art. 36  
ano de 2023  
encerramento, D 48.720

### **Extranumerário mensalista**

criação de cargo de, L. 1429, art. 8º  
tabela, D. 3689  
alteração, D. 4974  
transferência para o TC  
Afra de Melo Araújo, D. 6100  
Analúcia Bicalho Tristão, D. 6402  
Antônio Expedito Ponzó, D. 5590  
Carlindo Chagas Rosa, D. 5896  
Dea Câmara Drumond Lege, D. 6200  
Geny Ferreira Couto, D. 5659  
Iracema Vieira da Silva, D. 5629  
José Magno de Oliveira, D. 5630

Mafalda Wilke Tiburcio, D. 5735  
Maria Ângela Noronha, D. 5465  
Maria do Carmo Ferreira Lommez, D. 6119  
Olga Torres Elias, D.5895  
Ruth Dias de Barros, D. 5638; D. 5665; D. 5699  
Wilson Augusto Penido de Andrade, D. 6012  
Zélia Gott, D. 5746  
vencimentos, L. 2583, art. 18

#### **Falsidade**

alegação de , L. 5511, art. 93

#### **Fazenda Estadual**

representação no TC, L. 164, arts. 19-20

#### **FECIFIM**

demonstrativos financeiros  
normas específicas, L. 19.825, art. 5º

#### **Fiança**

deliberação, L.C. 102, art. 37, XI  
legalidade, L.C. 33, art. 13, XXIV; L.C. 102, art. 3º, XXIV  
restituição, L.C. 33, art. 13, XXIV

#### **Fiscalização financeira/orçamentária**

pelo TC, L. 5511, arts. 30-40

#### **Função gratificada**

designação, L. 3230, art. 3º  
vencimentos  
valores da, L. 3214; L. 3230, art. 14, parágrafo único

#### **Funcontas**

abertura de crédito suplementar, D. 527; Le 24.269/22  
instituição, L. 22.478

#### **Fundação**

tomada de contas, L. 5511, art. 68

#### **Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

ver Funcontas

#### **Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira**

ver FECIFIM

#### **Gabinete de Juiz**

função gratificada  
criação, L. 5511, art. 128, § 1º

#### **Gabinete do Presidente**

subordinação, L. 1429, art. 3º, parágrafo único; L. 3230, art. 1º, parágrafo único

#### **Garagem**

criação de cargo de chefia, L. 6131, art. 8º

#### **Gestão Pública Fiscal**

alerta  
emissão, L.C. 102, arts. 35, XII, 55, parágrafo único  
fiscalização, L.C. 102, art. 55, parágrafo único

#### **Governador do Estado**

contas  
aprovação, L. 164, art. 23, IV; L. 1114, art. 20, IV; L.C. 33, art. 51, §§ 1º-6º, art. 52; L.C. 102, arts. 40, §§ 1º-3º, 41, parágrafo único, 72, II, a, 108

prestação de contas à Assembléia Legislativa, L.C. 102, art. 3º, I, parágrafo único, 72, II, a, 108  
Conselheiro-Relator/Revisor/Auditor  
sorteio, L.C. 102, art. 35, XVIII  
parecer prévio do TC, L. 1114, art. 38; L.C. 33, art. 13, I  
representado pelo TC, L. 164, art. 23, VII; L. 1114, art. 20, IX  
ver também Prestação de Contas

**Gratificação**, art. 143, e da Lei 869/52, L. 1429, art. 5º  
ver também Servidor

### **Grupo de trabalho**

ver também

### **Inspecões**

comunicação de resultado, L.C. 33, art. 57; L.C. 102, art. 3º, XIV  
determinação, L.C. 33, art. 71, XXVI  
empresa especializada  
contratação, L.C. 33, art. 56  
pelo TC, L. 5511, art. 76  
realização, L.C. 33, art. 13, VIII, arts. 56-58; L.C. 102, arts. 3º, IX, 57, II, §§ 1º-2º  
sonegação de informação/documento, L.C. 33, art. 58, §§ 1º-2º; L.C. 102, art. 58, §§ 1º-2º

### **Inspetor de contabilidade**

aptidão profissional, L. 6131, art. 11  
gratificação de produtividade  
criação, L. 6131, art. 11, §§ 1º-3º  
vacância do cargo  
normas para preenchimento, L. 6264, art. 8º

### **Inspetor de controle externo**

gratificação, L. 9768, art. 7º

### **Inspetor de finanças**

criação do cargo, L. 6131, art. 14

### **Inspetoria Regional**

instalação, L.C. 33, art. 5º, parágrafo único

### **Instrução normativa**

deliberação por, L.C. 33, art. 73, III; L.C. 102, art. 72, III  
expedição, L.C. 33, art. 13, XXIX, art. 25, IV

### **Intendente Municipal**

balancetes/prestação de contas, L. 2764, art. 11, XVIII, XXIII

### **Intérprete**

designação, L.C. 102, art. 19, XVI

### **Intimação**

dos atos e decisões do TC  
publicação da, L. 5511, art. 105, 41; L.C. 102, arts. 77, II, 78, I-VI  
normas, L. 6131, art. 1º

### **Juiz**

afastamento do cargo  
conservação do título, L. 5511, art. 125  
aposentadoria  
contagem de tempo, L. 1114, art. 85  
gratificação de função judicante, D. 17084, art. 1º; L. 6646, art. 3º;  
L. 6648, art. 4º  
proventos, L. 6131, art. 20; L. 6804, art. 6º  
denominação, L. 164, art. 1º; L. 1114, art. 3º; L. 5511, art. 2º  
transformação em Conselheiro, EC 7/77, art. 193, § 1º;

ECMG 10/77, art. 246  
deveres, L. 5511, art. 129  
exoneração  
formas, L. 5511, art. 7º  
falecimento  
auxílio funeral/salários L. 5511, arts. 12-13  
pensão, L. 6131, art. 2º  
férias, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 84; L. 5511, art. 116  
gratificação de função judicante, L. 6804, art. 1º, § 2º  
idade mínima, L. 164, art. 4º; L. 1114, art. 4º; L. 5511, art. 5º; Constituição M.G. de 1967, art. 84; ECMG 1/70, art. 65; Constituição M.G. de 1989, art. 78, I  
nomeação, L. 164, art. 4º; L. 1114, art. 4º; L. 5511, art. 11; Constituição M.G. de 1967, art. 101, VI, a; ECMG 1/70, art. 76, VIII, a  
número de, L. 1143  
parentes consangüíneos  
participação em eleição, art. 7º, § 2º  
exercício simultâneo  
proibição, L. 5511, art. 6º  
posse, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 83  
prazo, L. 5511, art. 119  
prerrogativas, vantagens, etc. de Desembargador,  
Constituição M.G. de 1947, art. 38; L. 164, art. 5º; L. 1114, art. 5º;  
L. 5511, art. 5º  
substituição, L. 164, art. 8º; L. 1114, art. 8º; L. 5511, art. 10  
tribunal competente para julgamento dos, Constituição M.G. 1967, art. 90; ECMG 1/70, art. 65, parágrafo único; L. 164, art. 6º; L. 1114, art. 6º; L. 5511, art. 8º  
vencimentos, L. 1114, art. 88; L. 5948, art. 1º  
aumento, L. 6227, art. 1º; L. 6491; L. 6646; L. 6804  
representação mensal, L. 6804, arts. 1º, 41;  
resolução 61 TJMG; L. 5726, art. 1º, parágrafo único

#### **Juízes semanários**

exame de documentação, L. 1114, art. 26

#### **Julgados**

rescisão dos, L. 5511, arts. 91-92  
revisão dos, L. 5511, arts. 87-90

#### **Julgamento das contas**

processo  
defesa do responsável, L.C. 33, art. 36

#### **Jurisprudência do TC**

incidente de uniformização, L.C. 33, art. 74

#### **Lei 3241/64**

aplicabilidade aos servidores do TC, L. 3230, art. 14, parágrafo único

#### **Lei 5.511/70**

revogação, L.C. 33, art. 110

#### **Lei Complementar nº 33/94**

revogação, L.C. 102, art. 121

#### **Lei de Diretrizes Orçamentárias**

projeto  
composição de comissão permanente, EC 73  
propostas parciais, EC 73

#### **Lei Orgânica do TCU**

aplicação supletiva, L.C. 33, art. 108; L.C. 102, art. 119

#### **Licitação**

ato

legalidade, L.C. 33, art. 13, XV, art. 21, X; L.C. 102, art. 3º, XVI  
deliberação, L.C. 102, arts. 35, II, 37, V

fraude

sanções, L.C. 33, art. 92; L.C. 102, art. 93  
instrumento convocatório, L.C. 102, art. 59, parágrafo único, 61

procedimentos

fiscalização, L.C. 102, art.3º, XVI  
publicidade, transparência e acesso à informação, L 23.569  
suspensão, L.C. 102, arts. 60, parágrafo único, 61  
ver também Câmara de Licitação

### **Licitante**

idoneidade, L.C. 33, art. 92; L.C. 102, arts. 83, III, 93

### **Liquidação de contas**

normas, L. 5511, art. 60

### **Lotação de cargo no TC**

Célia Boroni, D. 7193  
Diva Ruas Santos, D. 7066  
Margarida Domingues Vieira, D. 5894  
Maria Zulmira de Melo Braz, D. 7725  
Neuza Guerra Simões, D. 7726  
Nilda Lúcia dos Santos, D. 9884  
Nilza Fuscali Mouratoglou, D. 21380  
Regina Célia de Castro Veado, D. 5255  
Ruth Dias de Barros, D. 6782  
Sílvia Ribeiro da Silva Passos, D. 7383  
Vera Lúcia Matheus Loures, D. 9696  
Zilah de Souza Vieira, D. 9938

### **Médico**

contratação de, L. 5688, art. 19; L. 7127, art. 4º

### **Medidas Cautelares**

determinação pelo TCEMG, L.C. 102, art. 95, §§ 1º-3º  
prazos, L.C. 102, art. 96, §§ 3º-4º  
tipos, L.C. 102, art. 96, I-IV, § 2º

**Membros do TC**, L. 509, art. 1º, 4º, 11; Constituição M.G. 1935, art. 82

nomeação, Constituição M.G. 1891, art. 109, § 1º  
vencimentos, Constituição M.G. 1947, art. 38

### **Mensageiro**

número de cargos, L. 6264, art. 3º

### **Minas Gerais (periódico)**

publicação dos atos do TC, D. 17451, art. 6º

### **Ministério Público junto ao TCEMG**

Colégio de Procuradores, L.C. 102, art. 31-A  
competências, L.C. 33, art. 23, I-VII; L.C. 102, arts. 32, I-IX, §§ 1º-2º, art. 44, parágrafo único, 75, § 2º,  
96, § 1º, 99, parágrafo único, 100, 103, § 2º, 109, I-III, §§ 1º-2º, 110, parágrafo único  
composição, L.C. 33, art. 22; L.C. 102, art. 28  
funcionamento, L.C. 102, arts. 28, §§ 1º-3º; 29-31, §§ 1º-3º, 32, I-IX, §§ 1º-2º  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
interposição de recursos, L.C. 102, arts. 31, VIII, 99, parágrafo único, 100, 103, § 2º  
lotação de pessoal no TC, D. 19.633  
membros, L.C. 102, arts. 28, 30  
no TC, L. 5511, art. 28-30, D. 19.832, art. 1º  
pedido de rescisão, L.C. 102, arts. 109, I-III, §§ 1º-2º, 110, parágrafo único  
processo

forma conclusiva, L.C. 102, art. 32, IX  
recurso  
apresentação de, L.C. 33, art. 90, II  
representação no TC, L. 509, art. 3º

### **Ministro**

nomeação, Constituição M.G. 1967, art. 84, art. 101, VI, a; L. 509, art. 1º  
vencimentos, L. 1429, art. 9º; L. 3230, art. 12; L. 4703, anexo III; L. 509, art. 4º, § 2º, b  
ver também Conselheiro, Juiz

### **Motorista**

número de cargos, L. 6264, art. 3º

### **Multa**

aplicação, L.C. 102, atrs. 83, I, 84, parágrafo único, 85, I-XI, parágrafo único, 86-91  
contas irregulares, L.C. 33, art. 95, I; L.C. 102, art. 85, I  
débito, L.C. 102, art. 91  
decisão não atendida, L.C. 33, art. 95, IV  
descumprimento de decisão do TC., L.C. 33, art. 95, § 1º; L.C. 102, arts. 85, III, 90  
diligência não atendida, L.C. 33, art. 95, IV; L.C. 102, art. 90  
embargos declaratórios protelatórios, L.C. 102, art. 85, XI  
infração à norma legal, L.C. 33, art. 95, II; L.C. 102, art. 85, II  
obstrução ao exercício da fiscalização, L.C. 33, art. 95, V; L.C. 102, art. 85, IV  
omissão de informação de irregularidade, L.C. 33, art. 95, VII; L.C. 102, art. 85, VIII  
não-encaminhamento de informações, L.C. 102, art. 85, VII, IX  
por ato de gestão, L.C. 33, art. 95, III  
reincidência de falta, L.C. 33, art. 95, IX  
responsabilidade individual, L.C. 102, art. 84, parágrafo único  
retenção de recurso público, L.C. 33, art. 95, VIII; L.C. 102, art. 85, X  
sonegação de documento/informação, L.C. 33, art. 95, VI; L.C. 102, art. 85, V  
eficácia de título executivo, L.C. 33, art. 75; L.C. 102, art. 75, §§ 1º-4º  
fixação, L.C. 102, art. 89  
gradação,  
disposição no R.I, L.C. 33, art. 95, § 2º  
não pagamento  
correção monetária, L.C. 33, art. 96  
recolhimento  
não comprovação, L.C. 102, art. 88  
parcelamento, L.C. 102, art. 87, parágrafo único  
prazo, L.C. 33, art. 76  
valor, L.C. 33, arts. 94-95; L.C. 102, art. 85, parágrafo único

### **Município**

administração financeira  
fiscalização pelo TC, L. 1114, arts. 22-23, 36-37  
controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único  
desmembramento  
laudo arbitral do TC, L. 2764, art. 4º, § 6º  
recursos ao TC, L. 28, art. 11, § 5º; L. 855, art. 1º: "art. 11, § 6º"  
empréstimos/operações de crédito  
parecer prévio do TC, L. 5511, art. 74  
fiscalização financeira/orçamentária, L.164, art. 23, I; L. 1114, art. 20, I;  
L. 5511, arts. 73-76; L. 6131, art. 1º  
intervenção, L. 28, art. 125  
certidão negativa do TC, L. 5688, art. 21  
ver também Empréstimo/operações de crédito - Prestação de contas

### **Notificação**

formas de, L. 5511, arts. 65, 105-106; L. 6131, art. 1º  
normas, L.C. 33, art. 77, I-IV

### **Numerário**

suprimento de, D. 7987

**Obras Públicas**

registro no TC, Constituição M.G. de 1947, art. 40; L. 164, art. 24; L. 1114, art. 57

**Oficial-chefe de gabinete de Conselheiro**

transformação do cargo, L. 9528, art. 3º

**Oficial de gabinete**

gratificação de 1/3, L. 6131, art. 9º

**Oficial de gabinete de Juiz**

criação do cargo, L. 5511, art. 128

**Oficial de gabinete de Procurador-Chefe**

criação do cargo, L. 5511, art. 128; L. 5588, art. 1º

**Operações de crédito**

registro prévio, L. 1114, art. 24, I

ver também Parecer prévio - Empréstimo/Operação de crédito

**Orçamento**

execução de

    julgamento da legalidade, L. 1114, art. 20, III

execução orçamentária e financeira

    normas gerais, D.37.924; D.47.036; D.47.159

exercício de 2002

    reavaliação de dotações, L. 14.169, art. 11

    suplementação de dotações, L. 14.169, art. 8º, VI

exercício de 2003

    reavaliação de dotações, L. 14.595, art. 9º

    suplementação de dotações, L. 14.595, art. 8º, VI

exercício de 2005

    estimativa de receitas / fixação de despesas, L. 15.460

exercício de 2006

    programação, D.44.224

exercício de 2009

    programação, D.45.023

exercício de 2011

    programação, D.45.540; D.45.563

exercício de 2012

    programação, D. 45.906

exercício de 2013

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.20.265

    programação, D.46.149

exercício de 2014

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.21.148

    programação, D. 46.443

exercício de 2015

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.21.695

    programação, D.46.751

exercício de 2016

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.21.971

    programação, D.46.949; D.46.988; D.47.006

exercício de 2017

    programação, D.47.147

exercício de 2018

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.22.943

    programação, D.47.371

exercício de 2019

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.23.290

    programação, D.47.615

exercício de 2020

    estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.23.579

programação, D.47.865  
exercício de 2021  
estimativa de receitas/ fixação de despesas, L.23.751  
programação, D.48.132  
exercício de 2022  
estimativa de receitas/fixação de despesas, L. 24.013  
programação, D.48.328  
exercício de 2023  
estimativa de receitas/fixação de despesas, L. 24.272  
programação, D.48.574

### **Órgãos autônomos**

fiscalização pelo TC, L. 164, art. 23, I; L. 1114, art. 20, I; L.5511, art. 20

### **Óuvidor**

apresentação de relatório anual, L.C. 102, art. 22, parágrafo único  
designação, L.C. 102, art. 19, XXXII

### **Óuvidoria**

funcionamento, L.C. 102, arts. 22-23  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
regulamentação, L.C. 102, art. 23

### **Pagamento/suprimento**

adiantamento de, L. 1114, art. 28-30

### **Pagamentos**

requisição de, L. 1114, art. 27  
exame, L. 1114, art. 25, IV

### **Parecer**

decisão, L.C. 102, art.72, II, a-c  
ver também Acórdão/Consulta

### **Parecer coletivo**

ver sob Auditoria

### **Parecer prévio**

contas de governador, L.C. 33, art. 25, I; L.C. 102, arts. 3º, I, 35, I, 40-41, parágrafo único  
contas de prefeito, L. 5511, art. 73, § 2º; L. 5588; L.C. 33, art. 25, I; L.C. 102, arts. 37, I, 42-43, parágrafo único  
deliberação, L.C. 102, art. 45, I-III  
emissão, L.C. 102, art.45, I-III  
empréstimo/operações de crédito, L. 164, art. 23, VIII; L. 1114, art. 20, X;  
L. 5511, art. 74-75; L.C. 33, art. 13, IX; L.C. 102, art. 35, IV

### **Partido político**

denúncia, L.C. 33, art. 13, XXVII, art. 67; L.C. 102, arts. 3º, XXVII, 65

### **Peculato**

conseqüências, L.C. 33, art. 60

### **Pedido de Reexame**

formulação, LC 169/22, art.2º  
normas, L.C. 102, arts.98, IV, 108, parágrafo único  
prazo, LC 169, art. 2º

### **Pedido de Rescisão**

normas, L.C. 102, arts.109, I-III, §§ 1º-2º, 110, parágrafo único

### **Pensões**

juízo pelo TC, L. 5511, art. 18, 54-57  
ver também sob Servidor

**Pessoal auxiliar**

aprovação/cumprimento, L.C. 102, art.19, XXX

**Plano Anual de Fiscalização**

normas, L.C. 102, arts.98, IV, 108, parágrafo único

**Poder Executivo**

aquisição de bens/contratação de serviços

estado de calamidade pública- COVID-19, L. 23.641

controle interno, L.C. 33, art. 63

**Poder Judiciário**

controle interno, L.C. 33, art. 63

**Poder Legislativo**

controle interno, L.C. 33, art. 63

prestação de informações solicitadas, L.C. 33, art. 13, XIII; L.C. 102, art. 35, X

**Prazos**

adiantamento/suprimento

aplicação dos, L. 6131, art. 16

agravo, L. 2164, art. 2º

autarquia

balanço anual, L. 1114, art. 56

balanço anual do governador, Constituição M.G. 1947, art. 41, parágrafo único

caução

alienação administrativa, L. 164, art. 52; L. 1114, art. 79;

L. 5511, arts. 109-110

citação, L. 1114, art. 50, § 2º

contagem, L.C. 33, art. 107; L.C. arts. 81, parágrafo único, 82, I-III, §§ 1º-2º

contrato

publicação no M.G, L. 1114, art. 60, § 2º

débito

recolhimento da importância, L. 5511, art. 111

embargos declaratórios, L. 164, art. 45, § 1º; L. 1114, art. 70, § 1º;

L. 5511, art. 82, § 1º

embargos infringentes, L. 164, art. 46; L. 1114, art. 71; L. 5511, art. 84

envio de contas pelo Prefeito, L. 5511, art. 73, § 1º; L. 6131, art. 1º

exercício financeiro

ano de 1998

encerramento D. 40.138

ano de 1999

encerramento, D. 40.461

ano de 2000

encerramento, D. 41.312

ano de 2001

encerramento, D. 42.061

ano de 2002

encerramento, D. 43.033

inspeção de cumprimento dos, L.C. 33, art. 19, I, c, IV

juízo de contas, L. 1114, art. 46, parágrafo único;

de Prefeito pela Câmara Municipal, L. 5511, art. 73, § 3º; L. 5588, art. 1º

parecer prévio de contas municipais, L. 5511, art. 73, § 2º; L. 5588, art. 1º

pedido de rescisão, L.C. 102, arts. 109, §1º, 110

processo, andamento, L. 5511, arts. 96-103

prorrogação, L. 5511, art. 96, § 1º; L. 6131

projeto orçamentário para 1999

envio de propostas parciais a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral,  
L. 12.960, art. 6º

publicidade de despesas com servidores, L. 12.960, art. 44; L. 14.371, art. 45

recolhimento de multa, L.C. 33, art. 76; L.C. 102, arts. 88, 91, 94, parágrafo único

recurso ordinário, L. 5511, art. 78

recursos, L. 164, art. 47, § 2º; L. 1114, art. 68; L. 5511, art. 78; L.C. 102, art. 101  
registro de contratos, L. 1114, art. 57  
remessa de informações, L. 1114, art. 40, parágrafo único  
ressarcimento de débito, L. 1114, art. 53; L. 5511, art. 111  
resultado de exercício  
envio ao TC, L. 5511, art. 72; L. 6131

### **Prefeito**

balanço mensal  
comunicação ao TC, L. 5688, art. 20  
contas anuais, L.C. 102, arts. 42, §§ 1º-3º, 43, parágrafo único, 44, parágrafo único, 72, II, a, 108  
julgamento pela Câmara, L.C. 33, art. 54, L.C.102, art. 44  
não julgamento pela Câmara,  
envio ao M.P, L.C. 33 ,art. 54, parágrafo único; L.C. 102, art. 44, parágrafo único  
decisão  
recurso ao TC, L. 28, art. 117  
envio de contas ao TC, L. 5511, art. 73, § 1º  
perda de cargo, L. 28, art. 43, IX, § 1º  
prestação de contas, L.C. 33, art. 13, I; L.C. 102, arts. 3º, II, 37, II  
remessa de balancetes do TC, L. 1114, art. 36, § 1º  
serviço público  
prestação de informações, L. 28, art. 73, XXVII  
ver também Prestação de contas

### **Prejulgado**

deliberação, L.C. 102, art. 35, VII,  
interpretação  
divergência, L.C. 102, art. 73  
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

### **Prescrição**

causas interruptivas, L.C. 102, art. 110-C, I-VII  
causas suspensivas, L.C. 102, art. 110-D, parágrafo único  
definição, L.C. 102, arts. 110-E, 110-F, I-II, parágrafo único, 118-A  
publicação de atos, L.C. 102, art. 110-I  
reconhecimento, L.C. 102, arts. 110-A, parágrafo único, 110-J  
verificação da ocorrência, L.C. 102, art. 19, § 1º

### **Presidência**

competência, L.C. 102, art. 115, § 2º  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
vacância, L.C. 33, art. 6º, §§ 3º-4º; L.C. 102, art. 15, §§ 1º-2º

### **Presidente**

atribuições, L. 5511, art. 21; L. 6131, art. 1º; L.C. 33, art. 17, I-XXVII  
fornecimento de certidão, L.C. 33, art. 99  
fornecimento de cópias de documentos, L.C. 33, art. 98, I  
competência, L. 5588, art. 1º; L.C. 102, arts. 19, I-XXXVIII, 95, § 3º  
movimentação de verba, L. 1114, art. 90  
eleição/reeleição, L. 164, art. 7º; L. 1114, art. 7º; L. 5511, art. 9º;  
L.C. 33, arts. 6º, 61, I; L.C. 102, arts. 4º; I, 13, parágrafo único, 35, XVII  
envio de relatório à Assembléia, L.C. 33, art. 17, XXIV – XXV; L.C. 102, art. 19, XXVIII  
gratificação por representação, L. 6131, art. 3º; L. 6804, art. 2º;  
L. 7064, art. 1º, § 1º  
nomeação, L. 509, art. 1º, § 3º  
relatório anual  
apresentação ao Plenário, L.C. 33, art. 17, XXIII  
representação do Tribunal, L.C. 33, art. 17, XXVII  
sessão  
convocação/direção, L.C. 102, art. 34, § 1º  
manutenção da ordem, L.C. 33, art. 17, VI; L.C. 102, art. 17, VI  
subsídio  
parcela de natureza indenizatória, L.C. 102, art. 14

substituição, L. 164, art. 7º, § 1º; L. 1114, art. 7º, §§ 2º-3º; L. 5511, art. 9º, § 2º; L.C. 33, arts. 6º, § 2º, 18, I; L. 509, art. 4º, § 1º; L.C. 102, arts. 15, 20, I  
suspeição  
relato, L.C. 102, art. 20, II  
vacância de cargo, L. 5511, art. 9º, §§ 3º-4º  
verba de representação, L.C. 33, art. 100  
voto de desempate, L.C. 33, art. 17, V; L.C. 102, art. 19, XV

### **Presidente de Câmara Municipal**

ver Câmara Municipal

### **Prestação de contas**

ao TC, L. 164, art. 30; L. 1114, art. 40-46  
apreciação, L.C. 102, art. 3º, I-II  
balanço/balancete  
parecer  
Auditoria, L.C. 33, art. 21, VIII  
Chefe da Defensoria Pública, L.C. 102, art. 35, parágrafo único  
Chefe do Ministério Público, L.C. 102, art. 35, parágrafo único  
convênio, D. 43.635; D.44.083; D.44.293; D. (MG de 30.05.2009)  
decisão, L.C. 33, art. 42, §§ 2º-3º; L.C. 102, arts. 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51, § 1º, I-IV, §§ 2º-3º, 52, parágrafo único, 72, II, a  
elementos, L.C. 33, art. 41  
gestor de boa fé, L.C. 33, art. 43, § 2º; L.C. 102, art. 51, § 2º  
Governador, L.C. 33, art. 21, IX; L.C. 102, arts. 35, VIII, parágrafo único, 40, §§ 1º-3º, 41, parágrafo único, 72, II, a, 108  
ilegalidade  
prazo para providências, L.C. 102, art. 3º, XVIII  
impugnação de ato  
sustação da execução, L.C. 102, art. 3º, XIX  
irregularidade  
conseqüências, L.C. 33, art. 43, I-IV; L.C. 102, art. 51, § 1º, I-IV  
representação ao Poder competente, L.C. 102, arts. 3º, XX, 35, XV  
julgamento, L.C. 33, arts. 37-38; L.C. 102, arts. 3º, III, 46, 2º, 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51  
receita/despesa, L.C. 33, art. 38, I-IX  
MG Investe Garantidor/MG Investe, D. 47.939, art. 12, III  
omissão, L.C. 33, art. 40, I; L.C. 102, art. 47,  
parecer, L.C. 33, art. 21, V; L.C. 102, arts. 26, V, 46, § 2º, 72, II, a  
Prefeito, L.C. 33, art. 21, IX; L.C. 102, arts. 3º, II, 37, I, 42, §§ 1º-3º, 43, parágrafo único, 44, parágrafo único, 72, II, a, 108  
Presidente do Judiciário, L.C. 102, art. 35, parágrafo único  
Presidente do Legislativo, L.C. 102, art. 35, parágrafo único  
responsabilidade individual  
fixação, L.C. 102, art. 3º, V  
defesa não acolhida, L.C. 33, art. 43, § 1º  
responsável por, L.C. 33, art. 2º, I-IX; L.C. 102, art. 2º, I-VIII  
responsável por almoxarifados, L.C. 33, art. 33, 21, II, b  
revelia, L.C. 33, art. 43, § 3º; L.C. 102, art. 51, § 3º  
Secretaria-Geral  
elaboração de relatório, R. Sec. Geral, 4/2020, art. 2º, VI  
trancamento das contas, L.C. 102, art. 52  
ver também Tomada de contas

### **Prestação de contas por adiantamento**

instrução pela Auditoria, L.C. 33, art. 21, II, a

### **Primeira Câmara**

competência, L.C. 33, art. 29  
presidência da, L.C. 33, arts. 18, V, 28  
integração à estrutura organizacional, LCE 167/22, art. 14  
presidente  
competência, L.C. 33, art. 31, I-V

**Prisão administrativa**

decretação, L. 164, art. 34, V; L. 1114, art. 52, IV

**Procedimentos licitatórios**

ver Licitação

**Processo criminal**

instauração, L. 1114, art. 18, VI; L. 1857, art. 1º

**Processos**

ampla defesa, L.C. 102, art. 111

arquivamento, L.C. 102, art. 117

audiência obrigatória do M.P. , L.C. 33, art. 24, I-VI

certidão, L.C. 102, art. 19, XXVII

decisão, L.C. 102, art. 35, V, 37, X

desarquivamento, L.C. 102, art. 52, parágrafo único

distribuição/ redistribuição, L.C. 33, art. 19, I, b; L.C. 102, art. 19, XXXI

exame

aplicação LOTC, L.C. 33, art. 103; L.C. 102, art. 116

expressões injuriosas em, L.C. 33, art. 17, IX; L.C. 102, art. 19, XVIII

instrução, L.C. 102, art. 112

prazos para andamento, L. 5511, arts. 96-103

prescrição/decadência, L.C. 102, art. 19, § 1º

requerimento, L.C. 102, art. 19, XXV

responsável

chamamento, L.C. 102, arts. 77, I-II, 78, I-VI, 79-80

**Procurador**

competência, L. 164, art. 21; L. 1114, art. 18; L. 1857, art. 1º

falecimento

pensão, L. 7217, art. 3º, parágrafo único

férias, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 84; L. 5511, art. 117

posse, L. 164, art. 54; L. 1114, art. 83; L. 5511, art. 119

vencimentos, L. 1114, art. 88; L. 1429, art. 9º; L. 2583, art. 1º; L. 3230, art. 12; L. 4703, anexo III; L. 5511, art. 30, parágrafo único; L. 5726, art. 1º, parágrafo único

**Procurador-chefe**

atribuições, L. 5511, art. 32

férias, L. 5511, art. 117

nomeação, L. 5511, art. 29

posse, L. 5511, art. 120

substituição, L. 5511, art. 34

vencimentos, L. 4703, anexo III; L. 5511, art. 30, parágrafo único

**Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG**

afastamento, L.C. 102, art. 4º, IV

antigüidade, L.C. 102, art. 18, I-III

ausência do País, L.C. 102, art. 35, XIV

competências, L.C. 102, arts. 32, III, V, VI, § 2º; 73-74,

concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II, 29

delegação de atribuições, L.C. 102, art. 32, III, V-VI, § 2º

diárias de viagem, L.C. 102, arts 4º, VII, 35, XIII

direitos e vantagens, L.C. 102, arts. 19, VII, 30

falecimento

auxílio-funeral, L.C. 102, art. 114

férias, L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII

indicação para o cargo de Conselheiro, L.C. 102, art. 19, XXXVI, parágrafo único

lista tríplice, L.C. 102, arts. 8º, I, b, 19, XXXV, 35, XIX

indicação para o cargo de Procurador-Geral

lista tríplice, L.C. 102, art. 31

ingresso, L.C. 102, arts. 29, 30

licença, L.C. 102, arts. 4º, IV, 19, VII

nomeação, L.C. 102, art. 28

número, L.C. 102, art. 28  
posse, L.C. 102, arts. 16, 19, III  
processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 35, XX  
provimento, L.C. 102, art. 28  
substituição do Procurador-Geral do Ministério Público junto TCEMG, L.C. 102, art. 31, §§ 2º-3º  
vedação, L.C. 102, art. 30

#### **Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG**

competências, L.C. 102, arts. 28, § 1º, 31-A; 32, III, V-VI, § 2º  
escolha/nomeação, L.C. 102, art. 28, § 1º  
subsídio  
parcela de natureza indenizatória, L.C. 102, art. 31, § 1º  
substituição, L.C. 102, art. 31, § 2º

#### **Procuradoria**

atribuições, L. 5511, art. 31  
audiência obrigatória, L. 5511, art. 33  
criação, L. 1114, art. 2º, IV, art. 17  
regimento interno, L. 5511, art. 35, parágrafo único  
secretaria da, L. 5511, art. 35

#### **Procuradoria-Geral**

subordinação, LCE 167/22, art.2º, I

#### **Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas**

competências, LCE 167/22, art. 4º, I-VIII, §§ 1º-2º  
estrutura organizacional, LCE 167/22, art.2º, I-III  
instituição, LCE 167/22  
integração à estrutura organizacional, LCE 167/22, art. 14

#### **Programa Minas Legal**

FECIFIM, L. 19.825

#### **Projeto Orçamentário**

exercício de 1999  
prazo para envio de propostas parciais a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral,  
L. 12.960, art. 6º

#### **Promoção**

ver Servidor

#### **Proposta orçamentária do TCEMG**

elaboração, L.C. 102, art. 4º, V  
encaminhamento, L.C. 33, art. 17, IX; L.C. 102, art. 19, XX

#### **Provimentos**

deliberação por, L 5511, art. 104, c; L.C. 33, art. 73, II; L.C. 102, art. 73,II

#### **Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares**

atos, L.C. 102, art. 19, V  
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II  
lotação, , L.C. 102, art. 19, IV  
posse, , L.C. 102, art. 19, IV  
processo administrativo-disciplinar  
penalidades, L.C. 102, art. 19, VI  
projeto de lei  
envio ao Legislativo, L.C. 33, art. 104; L.C. 102, art. 4º, III

#### **Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares**

composição, L. 9768, art. 1º  
símbolos de vencimentos  
alteração, L. 9937; L. 10065; L. 10292  
ver também Quadro de Pessoal dos serviços auxiliares

## **Receita**

arrecadação

inspeção, L.C. 33, art. 32, VI

atos

deliberação, L.C. 102, art. 37, III

documentos

entrega ao TC, L.C. 33, art. 32, parágrafo único

exame da, L. 164, arts. 31-32; L. 5511, art. 41; L. 509, art. 6º

fiscalização, L.C. 33, arts. 13, XXI, 32, I; , L.C. 102, arts.56-57, I-III, §§ 1º-2º, 58, §§ 1º-2º, 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, 61-63, §§ 1º-2º, 64, I-VI, parágrafo único

fontes

fiscalização, L.C. 33, art. 32, VII

renúncia, L.C. 33, art. 32, I; L.C. 102, arts. 1º, parágrafo único, 3º, IV

## **Reconsideração (recurso)**

normas, L.C. 33, art. 81

## **Recurso ordinário**

apreciação ,L.C. 102, art. 103, § 1º

decisões definitivas, L.C. 102, arts. 98, I, 102

interposição, L.C. 102, art. 103, § 2º; LC 169/22, art. 2º

normas, L. 5511, art. 78; L.C. 102, arts. 102-103, §§ 1º-2º

prazo, LC 169, art. 2º

## **Recursos**

de prefeito, L. 1114, art. 37

decisão da Câmara de Licitação, EC. 24/97

emissão de parecer, L.C. 33, art. 21, III

interposição

parte competente, L.C. 33, art. 90; L.C. 102, arts. 99, parágrafo único, 100

interposição pelo Ministério Público, L.C. 33, art. 25, VII; , L.C. 102, arts. 32, VIII, 99, parágrafo único, 100, 103, § 2º

petição

indeferimento liminar, L.C. 102, art. 99, parágrafo único

prazos, art. 101; LC 169, art. 2º

recebimento, L.C. 33, art. 17, XIX

tipos/normas, L. 164, arts. 44-47; L. 1114, arts. 64-75; L. 1857, art. 2º; L. 2164, arts. 1º-5º; L. 5511,

arts. 77-86; L.C. 33, art. 80, I-IV; L.C. 102, arts.98, I-IV, 99, parágrafo único, I-IV, 100-103, §§ 1º-2º, 104-105, parágrafo único,106, parágrafo único, 107-108, parágrafo único

## **Recursos financeiros**

exercício de 2019

execução financeira, D. 47.668

## **Recursos públicos**

aplicação no mercado financeiro, L.C. 33, art. 32, III

pagamento das obrigações

fiscalização, L.C. 102, art. 3º, XXX

perda/extravio/irregularidade

responsabilidade, L.C. 33, art. 13, IV

repasse

entidades privadas, L.C. 33, art. 13, XXIII; L.C. 102, art. 3º, XXIII

fiscalização, L.C. 33, art. 13, XII; L.C. 102, art. 3º, XIII

retenção

sanções, L.C. 33, art. 35

## **Recursos repassados pelo Estado**

falta de comprovação da aplicação, L.C. 33, art. 40, II

procedimentos, EC 31/97

## **Recursos repassados pelo Município**

falta de comprovação da aplicação, L.C. 33, art. 40, II

**Redator de estenografia**

número de cargos, L. 6264, art. 2º

**Reformas (militar)**

normas, L. 1114, art. 20. IX; L. 5511, arts. 18, 54-57  
ver também sob Servidor

**Regimento Interno**

alteração, L.C. 33, art. 16, II, art. 102, § 1º; L.C. 102, arts. 4º, II, 115, § 1º  
aprovação, L.C. 33, art. 102, § 1º; L.C. 102, arts. 72, IV, a, 115, § 1º  
elaboração, L. 164, art. 38; L. 1114, arts. 21, 81; L.C. 33, art. 16, II; L.C. 102, art. 4º, II  
prazo para publicação, L.C. 33, art. 102; L.C. 102, art. 115

**Relatório de Gestão Fiscal**

assinatura/publicação, L.C. 102, art. 19, XXIX

**Repartições arrecadadoras**

inspeção, L.C. 33, art. 32, VI

**Repartições públicas estaduais**

feriados e pontos facultativos  
2015, Com. 03.09.2015

**Representação**

decisão, L.C. 102, arts. 35, VI, 37, IX  
juízo de admissibilidade, L.C. 102, art. 19, XXXVIII  
legitimidade para representar, L.C. 102, art. 70, § 1º, I-VIII  
normas, L.C. 102, art. 70, § 1º, I-VIII, §§ 2º-3º  
prescrição/decadência, L.C. 102, art. 19, § 1º  
recebimento pelo TCEMG, L.C. 102, art. 70  
ver também Denúncia

**Representação da Fazenda Estadual**

no TC, L. 164, art. 2º

**Rescisão de julgado**

normas, L.C. 33, art. 80, VI, art. 86, I-III, arts. 87-89

**Resolução**

deliberação por, L.C. 33, art. 73, IV; L.C. 102, art. 72, IV, a-b  
expedição, L.C. 33, art. 13, XXIX, art. 25, IV

**Responsável**

afastamento temporário, L.C. 102, art. 96, I  
arresto de bens, L.C. 33, art. 93  
chamamento, L.C. 102 arts. 77, I-III, 78, I-IV, 79-80  
cometimento de infração, L.C. 102, art. 92  
dano ao erário  
ressarcimento, L.C. 102, art. 94, § 1º  
interposição de recursos, L.C. 102, arts. 99, parágrafo único, 100

**Revisão (recurso)**

normas, L.C. 33, art. 84

**Revisor técnico, L. 2583, art. 15****Revista do Tribunal de Contas**

criação, L. 5688, art. 18  
direção, L.C. 33, art. 18, III; L.C. 102, art. 19, XXXIX  
Vice-Diretor, L.C. 102, art. 19, XXXIX

**Rol dos responsáveis**

ver sob Tribunal de Contas

**Sanções**

aplicação, L.C. 33, arts. 91-93; L.C. 102, arts. 83, I-III, parágrafo único, 84, parágrafo único, 85, I-XI, parágrafo único, 86-94, parágrafo único

**Secretaria da Fazenda**

envio de documentos ao TC, 5511, art. 42, §§ 1º-3º

**Secretaria de Recursos Humanos e Administração**

elaboração do novo estatuto dos funcionários  
colaboração do TC, C.30.967

**Secretaria do Tribunal**

normas gerais, L. 1114, art. 89  
subordinação, L. 1429, art. 3º, parágrafo único; L. 3230, parágrafo único

**Secretaria Geral**

atribuições, L. 5511, art. 37  
composição, L. 5511, art. 36  
diretor  
secretário das sessões plenárias, L. 5511, art. 38  
funcionário  
férias, L. 5511, art. 118

**Secretário**

vencimentos, L. 2583, art. 7º

**Segunda Câmara**

competência, L.C. 33, art. 30  
integração à estrutura organizacional, LCE 167/22, art. 14  
presidência, L.C. 33, art. 28  
Presidente  
competência, L.C. 33, art. 31, I-V

**Sentença**

execução, L. 164, arts. 48-52; L. 1114, arts. 75-79; L. 5511, arts. 105-112

**Serviço administrativo**

chefia  
vencimentos, L. 2583, arts 7º

**Serviço auxiliar - SA**

constituição, L. 1429, art. 3º, IV

**Serviço extraordinário**

convocação, L. 10485, art. 4º  
ver também Servidor

**Serviço Médico**

chefia  
criação, L. 6264, art. 4º

**Serviços Auxiliares**

atribuições/especificações, L.C.33, art. 5º; L.C. 102, art. 6º, § 1º  
composição, L. 5688, art. 1º; L. 6131, art. 5º  
inspeção/correção, L.C.33, art. 19, I  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
organização, L.C. 33, art. 16, II  
quadro próprio de pessoal, L.C. 33, art. 4º

**Serviços técnicos especializados**

requisição pelo TC, L.C.33, art. 14; L.C. 102, art. 3º, § 2º

## **Servidor**

à disposição do TC, D. 15203  
integração no quadro, L. 6131, art. 21  
abandono de cargo  
processo, L.C. 33, art. 19, III  
abono família  
valores, L. 6648, art. 6º; L. 6819, art. 3º; L. 7064, art. 6º; L. 7121, art. 2º;  
L. 7378, art. 2º; L. 7556, art. 3º; L. 7770, art. 2º; L. 7928, art. 2º;  
L. 8219, art. 2º; L. 8399, art. 2º; L. 8580, art. 2º; L. 8731, art. 2º;  
L. 8808, art. 2º; L. 9028, art. 2º; L. 9135, art. 3º; L. 9582, art. 2º;  
L. 9732, art. 3º; L. 9733, art. 3º; L. 10096, art. 2º; L. 10161, art. 4º;  
L. 10256, art. 3º; L. 10292, art. 4º; L. 10485, art. 2º  
adicional por tempo de serviço  
pagamento, L. 10292, art. 4º  
admissão  
atos de, L.C. 33, art. 13, VI; L.C. 102, arts. 3º VII, 37, VII  
averbação, L.C. 102, art. 3º, XXV  
registro, L.C. 102, arts. 53, I, 54, I-III  
aplicação do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, L. 5511, art. 115; L.C. 102, art. 113  
aposentadoria  
atos de, L.C. 33, art. 13, VII; L.C. 102, arts. 3º, VIII, 37, VIII  
averbação, art. 3º, XXV  
registro, arts. 53, I, 54, I-III  
controle, L. 1114, arts. 20, XI, 25, III; L. 5511, arts. 18, 54-57  
gratificação de natal, L. 8731, art. 3º, § 5º  
proventos, L. 6819, art. 2º; L. 9768, art. 10  
abono, L. 10518, art. 4º  
ajustamento, L. 7098, arts. 1º-2º  
aumento ver Servidor vencimentos aumento  
aumento mensal, L. 9733, art. 4º  
composição, L. 9509  
normas gerais, L. 6565  
recebimento, L. 6131, art. 20  
tabela, L. 7516, art. 6º; L. 7556, art. 5º  
atos de direitos e vantagens, L.C. 33, art. 17, XXI  
atos sobre, L.C. 33, art. 17, III; L.C. 102, art. 19, V  
ausência do País, L.C. 102, art. 19, XI  
cargo em comissão  
inabilitação, L.C. 102, art. 83, II, 92  
cessão a outros órgãos, L.C. 102, art. 19, X  
concurso público, L.C. 102, arts. 4º, V, 19, II  
classificação de cargos  
questionário  
preenchimento, L. 5360  
denúncia, L.C. 102, art. 21, V  
deveres/obrigações, L.C. 102, art. 21, I  
diárias, L.C. 33, art. 16, VII; L.C. 102, arts. 4º, VII, 35, XIII  
falecimento  
pagamento férias-prêmio não gozadas, L. 8808, art. 3º  
férias/licença, L. 1114, art. 89  
concessão, L.C. 33, art. 16, IV  
função de confiança  
inabilitação, L.C. 102, arts. 83, II, 92  
gratificação de estímulo à produção individual, L. 6762, art. 39; D. 17743  
gratificação de fiscalização financeira/orçamentária, L. 10292, art. 5º; L. 10485, art. 5º  
gratificação de natal, L. 8731, art. 3º  
valor, L. 9733, art. 3º  
gratificação especial, L. 9404, art. 20; L. 9768, art. 9º; L. 9932, art. 4º  
licença remunerada  
mandato eletivo, L. 9404, art. 5º  
lotação, D. 4788; L.C. 102, art. 19, IV  
nível universitário  
vencimentos, L. 2583, art. 20

pensão

atos, L.C. 33, art. 13, VII; L.C. 102, arts. 3º, VIII, 37, VIII

avereção, L.C. 102, art. 3º, XXV

registro, L.C. 102, arts. 53, I, 54, I-III

posse, L. 1114, art. 83; L.C. 102, art. 19, IV

processo administrativo-disciplinar, L.C. 102, art. 21, III-IV

penalidades, L.C. 102, art. 19, VI

progressão funcional, D. 16409, art. 22; L. 6762, arts. 22-24;

L. 7207, arts. 1º-2º; L. 9768, art. 5º

promoção

normas, L. 6131, art. 10

punição, L.C. 33, art. 11, XV

quadro específico

opção, L. 9768, art. 2º, parágrafo único

readaptação, D. 8936, art. 12

reforma

atos, L.C. 33, art. 13, VII; L.C. 102, arts. 3º, VIII, 37, VIII

avereção, L.C. 102, art. 3º, XXV

registro, L.C. 102, arts. 53, I, 54, I-III

remuneração

limites, Constituição M.G, 1989, art. 24; L. 10292, art. 3º

representação, L.C. 102, art. 21, V

requisição de, L. 5511, art. 126

seguridade social, L. 7286, arts. 20-23

seleção

fiscalização de procedimentos, L.C. 102, art. 3º, XXXI

substituição

remuneração, L.C. 33, art. 105

vencimentos

abono, L. 5652, art. 2º, I, ; L. 7556, art. 1º; L. 10518, art. 1º

aumento, L. 5949, art. 1º; L. 6648, art. 1º; L. 6819, art. 1º; L. 7127, art. 1º;

L. 7378, art. 1º; L. 7556, art. 2º; L. 7770, art. 1º; L. 7928, art. 1º;

L. 8219, art. 1º; L. 8399, art. 1º; L. 8580, art. 1º; L. 8731, art. 1º;

L. 8808, art. 1º; L. 8926, art. 1º; L. 9028, art. 1º; L. 9135, art. 1º;

L. 9404, art. 1º; L. 9582, art. 1º; L. 9532, art. 1º; L. 9733, art. 1º;

L. 9932, arts. 1º-2º; L. 10096, art. 1º; L. 10161, art. 1º; L. 10256, art. 1º

cálculo

centavos, eliminação, L. 6819, art. 4º; L. 7127, art. 3º; L. 7556, art. 7º;

L. 7770, art. 3º; L. 7928, art. 3º; L. 8219, art. 3º; L. 8399, art. 3º;

L. 8580, art. 3º

fixação, L.C. 33 art. 16, III; L. 43

## **SIAD-MG**

instituição, D. 42.873

usuários, D. 42.873, art. 3º

## **SIAFI**

adesão do TCMG, D. 39.874, art. 8º; D. 39.903

## **Sindicato**

denúncia, L.C. 33, arts. 13, XXVII, 57; L.C. 102, arts. 3º, XXVII, 65

## **SIPAG**

participação do TCMG, D. 42.725, art. 4º

## **Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental**

ver SIPAG

## **Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerai**

ver SIAD-MG

## **Sociedade de economia mista**

balanço orçamentário

parecer do TC, L. 6131, art. 1º

controle externo pelo TC, L.C. 33, art. 1º, parágrafo único; L.C. 102, art. 1º, parágrafo único  
fiscalização pelo TC, L. 5511, art. 20  
tomada de contas, L. 5511, art. 72

### **Subprocurador**

atribuições, L. 1114, art. 19  
falecimento  
pensão, L. 7217, art. 3º, parágrafo único  
férias, L. 1114, art. 87  
vencimentos, L. 1114, art. 88; L. 1429, art. 9º; L. 2327, art. 2º; L. 2583, art. 2º

### **Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG**

competências, L.C. 102, art.32, III, V-VI, § 2º  
escolha/nomeação, L.C. 102, art. 28, § 1º  
mandato, L.C. 102, art. 28, § 2º  
substituição do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, L.C. 102, art. 31, § 2º-3º

### **Subprocuradoria-Geral**

atribuições, LCE 167/22, art. 5º, I-V  
subordinação, LCE 167/22, art. 2º, III

### **Súmula**

aprovação de enunciados, L.C. 102, art. 35, XI  
coordenação/publicação das, L.C. 33, art. 18, IV; L.C. 102, art. 20, IV  
estabelecimento pelo Pleno, L.C. 33, art. 25, VI  
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

### **Supervisor IV**

nova denominação, L. 10065, art. 3º

### **Suprimento**

ver Pagamento

### **Taquígrafo-redator**

criação de cargos, L. 9936, art. 1º

### **Técnico de administração**

vencimentos, L. 2583, art. 13

### **Técnico de administração municipal**

vencimentos, L. 2583, art. 13

### **Técnico de contabilidade**

habilitação, L. 1429, art. 10, § 1º  
vencimentos, L. 2583, art. 10

### **Técnico de controle externo**

escolaridade exigida, L. 9768, art. 11  
gratificação, L. 9768, art. 7º

### **Técnico de documentação**

denominação, L. 9768, anexo II

### **Técnico de fiscalização financeira**

vencimentos, L. 2583, art. 13

### **Termo de Ajustamento de Gestão**

instituição, L.C. 102, art. 93-A, §§ 1º-8º  
regulamentação, L.C. 102, art. 93-B

### **Tesouraria, unidade de**

aplicação ao TC, L. 6194; D. 32865

## **Tesouro estadual**

ônus para

registro no TC, L. 164, art. 24; L. 1114, art. 25, VII  
dispensa, L. 164, art. 29

## **Tesouro público**

disponibilidade de caixa

fiscalização, L.C. 33, art. 13, XX; L.C. 102, art. 3º, XXI

## **Título executivo**

decisão do TC

eficácia de L.C. 33, art. 75; L.C. 102, art. 75, §§ 1º-4º

## **Títulos da dívida pública**

emissão de

registro prévio, L. 1114, art. 24, I

## **Títulos declaratórios de direito**

averbação, L.C. 33, art. 13, XXV; L.C. 102, art. 3º, XXV

## **Tomada de contas**

competência do TC, L. 164, art. 34

decisão, L.C. 33, art. 42, §§ 2º-3º; L.C. 102, arts. 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51, § 1º, I-IV, §§ 2º-3º, 52,  
parágrafo único

definição, L.C. 33, art. 13, V; L.C. 102, art. 3º, VI

elementos, L.C. 33, art. 41

fiscalização pela Assembléia Legislativa, L.C. 102, art. 120

gestor de boa fé, L.C. 33, art. 43, § 2º; L.C. 102, art. 51, § 2º

instauração, L.C. 33, art. 40, parágrafo único

instrução dos processos, L. 5511, art. 64

irregularidade

consequências, L.C. 33, art. 43, I-IV; L.C. 102, art. 51, § 1º, I-IV

juízo, L.C. 33, arts. 37-38; L.C. 102, arts. 46, § 2º, 48, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 49-51

parecer, L.C. 33, art. 21, V

normas gerais, L. 5511, arts. 58-68

remessa de documentos ao TC

prazo, L. 5511, art. 59, § 1º

responsabilidade individual

defesa não acolhida, L.C. 33, art. 43, § 1º

revelia, L.C. 33, art. 43, § 3º; L.C. 102, art. 51, § 3º

trancamento das contas, L.C. 102, art. 52

## **Tomada de contas especial**

determinação pelo controle interno, L.C. 33, art. 64, III

elementos, L.C. 102, art. 47, § 3º

instauração, L.C. 33, arts. 40, I-IV, art. 60, parágrafo único; L.C. 102, art. 47, I-IV, §§ 1º-3º, 64, I-II

## **Tribunal de Contas**

adesão ao SIAFI, D. 39.874, art. 8º; D. 39.903

atos do

publicação no "Minas Gerais", D. 17451, art. 6º

atendimento ao público, L. 23.902

atribuições, L. 164, arts. 24-29; L. 1114, arts. 20-21; L. 5511, arts. 14-15;

L. 6131, art. 1º

arquivamento de processo, L.C. 102, art. 117

audiência pública regional

participação, EC 36/98

cargos, L. 509, art. 2º

cerimonial, D. 396; D. 806; D. 78

competência, Constituição M.G 1947, art. 41; Constituição M.G 1967,

arts. 74-82, 86, 98; ECMG 1/70, art. 67; Constituição M.G 1989, art. 77;

L.C. 33, art. 2º, I-IX, arts. 13-16; Constituição M.G. 1935, art. 81; L.C. 102, art. 3º, I-XXXI, §§ 1º-4º

conflitos de, L.C. 102, art. 19, XXVII

observância aos princípios da prescrição e decadência, ECE 78  
competência privativa, L.C. 33, art. 16, I-X; L.C. 102, art. 4º, I-XI, §§ 1º-2º  
composição, Constituição M.G 1967, art. 83; ECMG 1/70, arts. 65, 76, VII, a;  
L. 5511, art. 2º; L. 5588, art. 1º; Constituição M.G 1989, art. 77, § 1º;  
L.C. 33, art. 3º; L. 509, art. 1º, § 1º; L.C. 102, art. 5º  
constituição, L. 164, art. 2º; L. 1114, art. 2º  
contas  
aprovação pela ALMG  
exercício de 2003, R. 5.519/17  
exercício de 2004, R.5.520/17  
contas anuais do prefeito  
parecer prévio, L. 5511, art. 73, § 2º  
contribuição previdenciária  
débitos, D. 45.424; D.45.449; D.45.528  
controle interno, L.C. 102, art. 4º, § 1º  
criação, Constituição M.G. 1891, art. 109; L. 509  
decisões  
formas, L. 5511, art. 104  
deliberações, L. 164, art. II; L. 1114, art. II  
votação, L. 5511, art. II  
despesa  
divulgação de demonstrativos, L.C. 102, art. 4º, X  
despesa com pessoal  
repartição dos limites, D.C.ALMG/TCEMG 1/2012; D.C. ALMG/TCEMG (2015)  
despesas com servidores  
publicidade, L. 12.960, art. 44; L 14.731, art. 45  
estado de calamidade pública  
COVID-19  
bens e serviços  
ocupação e uso, D. 47.891; D. 48.040; D. 48.102; D. 48.205  
estrutura orgânica, L.C. 33, art. 104, I; L.C. 102, arts. 6º, §§ 1º-2º, 72, IV, a; LCF 167/22, art. 14  
expediente  
publicidade do, L.C. 33, art. 17, XI  
extinção, DL. 360  
Funcontas  
Instituição, L.22.478  
Grupo de Trabalho  
revisão das normas de finanças públicas  
instituição, D. 163  
instituição, Constituição M.G. 1935, art. 79; Constituição M.G. 1947, art. 37  
integração do Conselho Estadual de Arquivos, L.19.420, arts. 11, 18  
jurisdição, L.C. 102, arts. 1º, 2º, I-VIII  
Constituição M.G. 1947, art. 37; L. 164, art. 1º; L. 1114, art. 1º;  
Constituição M.G. 1967, art. 37; L. 5511, art. 1º; ECMG 1/70, art. 64; Constituição M.G. 1989, art. 77;  
L.C 33, art. 2º  
membros, Constituição M.G. 1891, art. 109., § 1º; Constituição M.G. 1935, art. 82; L. 509, arts. 1º, 4º, 11;  
Constituição M.G. 1947, arts. 37-39  
organização  
divisão em Câmaras, ECE 78  
organograma, L. 3230; L. 5511, arts. 3º-4º  
órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, L. 5511, art. 1º  
permuta de imóveis, L. 7349  
pessoal do, ECMG 1/70, art. 64  
prestação de contas à Assembléia, L.C. 33, art. 16, VIII; L.C. 102, arts. 4º, VIII, XXVIII  
proposta orçamentária, L.C. 33, art. 16, VI; L.C. 102, art. 4º, VI  
exercício de 1999, L. 12.960  
exercício de 2002, L. 13.959  
exercício de 2003, L. 14.371  
publicação de matéria no Órgão Oficial, L.19.429  
quadro de pessoal, L. 164 (anexo); L. 1429 (anexos); L. 3230, arts. 2º-10;  
L. 5511, art. 16; L. 9768; L. 43  
recursos orçamentários  
repasse, EC 31/97

requisição, L.C. 33, art. 17, X; L.C. 102, art. 19, XXI  
reforma administrativa, L. 5688, art. 16  
regimento interno, L. 164, art. 38; L. 1114, arts. 21-81  
relatório  
  envio à Assembléia Legislativa, Constituição M.G. 1989, art. 78, §§ 4º-5º; L.C. 33, art. 16, IX; L.C. 102, art. 4º, IX, § 2º, XXVIII  
relatórios estatísticos  
  disponibilização de dados, L.C. 102, art. 21, VI  
representação, L.C. 33, art. 17, XIII; L.C. 102, art. 19, XXIV  
requisição de informações/documentos, L.C. 102, art. 57, III, § 1º  
rol dos responsáveis  
  recebimento, L.C. 33, art. 15; L.C. 102, art. 3º, § 3º  
sanção  
  aplicação, L.C. 33, art. 13, XIV; L.C. 102, art. 3º, XV  
secretaria da Procuradoria do MP, D.19832, art. 1º  
sede, Constituição M.G. 1947, art. 37; L. 164, art. 1º; L. 1114, art. 1º; Constituição M.G. 1967, art. 37; L.5511, art. 1º; ECMG 1/70, art. 64; Constituição M.G. 1989, art. 77; L. 509, art. 1º, § 1; L.C. 102, art. 1º  
solicitação a autoridades  
  elementos para exercício de sua competência, L.C. 102, art. 3º, § 4º  
  unidades regionais  
  instalação nas macrorregiões, L.C. 102, art. 6º, § 2º

### **Tribunal de Contas da União**

ver Lei Orgânica do TCU

### **Tribunal Pleno**

alerta  
  emissão, L.C. 102, art. 35, XII  
competências, L.C. 33, art. 15, I-XII; L.C. 102, arts. 35, I-XXII, parágrafo único, 73  
constituição, L.C. 102, art. 34  
informação  
  prestação, L.C. 33, art. 25, V; L.C. 102, art. 35, X  
integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
prestação de contas, L.C. 102, art. 19, XXVIII  
propostas de projetos de lei, L.C. 102, arts. 19, XXII, 35, XVI  
relatório de atividades, L.C. 102, art. 19, XXVIII  
"quorum", L.C. 33, art. 25, parágrafo único; L.C. 102, arts. 27, III, 34, § 2º  
sessões, L.C. 102, arts. 19, II, 32, II  
  convocação, L.C. 102, art. 34, § 1º  
  direção, L.C. 102, art. 34, § 1º

### **Uniformização de Jurisprudência**

arguição, L.C. 102, art. 74  
votação, L.C. 102, art. 19, XIV-XV

### **Valores públicos**

desfalque/desvio, L.C. 33, art. 40, III

### **Veículo oficial**

uso de, D. 10450

### **Vice-Presidência**

integração à estrutura organizacional, L.C. 102, art. 6º; LCE 167/22, art. 14  
vacância, L.C. 33, art. 6º, §§ 3º-4º; L.C. 102, art. 15, §§ 1º-2º

### **Vice-Presidente**

atribuições, L. 5511, art. 22; L.C. 33, art. 18, I-V; L.C. 102, art. 20, I-II  
eleição/reeleição, L. 164, art. 7º; L. 1114, art. 7º; L. 5511, art. 9º; L.C. 102, arts. 4º; I, 13, parágrafo único, 35, XVII  
sessões do Tribunal Pleno  
  convocação/direção, L.C. 102, art. 34, § 1º  
substituição do Presidente, L.C. 102, arts. 15, 20, I

**Vistoria**

determinação, L.C. 33, art. 17, XXVI  
substituição do Presidente, arts. 15, 20, I

*Elaboração: Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação  
Bibliotecária Responsável pela Atualização:  
Ariadne Antunes Vilaça Teixeira - CRB 6/1022*